

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XXXVIII • Nº 396 • Brasília-DF • Junho/Julho 2017

Meu Glorioso Clodioli

Massacre de Caarapó:
Clodioli Aquileu Rodrigues
de Souza foi morto há um
ano no tekoha Toro Paso,
município de Caarapó (MS).
O episódio ficou marcado
como o Massacre de Caarapó:
outros cinco Guarani e Kaiowá
foram baleados e seis outros
feridos - inclusive uma criança.
O ataque de fazendeiros e
capangas segue impune. Os
envolvidos foram presos,
mas soltos pelo STF; a
demarcação, suspensa

Páginas 8 e 9

Funai militarizada: Temer promove desmonte do
órgão indigenista e coloca general na presidência

Páginas 2, 3 e 16

ONU chama a atenção de países membros
para violações de direitos indígenas no Brasil

Página 6



Funai – de general a general

Egon Heck, do secretariado nacional do Cimi

Basta um olhar crítico para ver a efetiva “solução final” da questão indígena buscada pela ditadura militar: chegar ao ano 2.000 sem ter índios no Brasil. Esse não era um vago ou isolado desejo de alguns. Foi meta buscada tenazmente através de políticas e projetos de lei, como o da “emancipação”, “índios aculturados”, “critérios de indianidade”, entre outros.

Corroboram com essa tese afirmações de militares e agentes da ditadura. “Não podemos deixar que meia dúzia de índios atravanquem o progresso do Brasil”, afirmou o ministro da Agricultura, general Cirne Lima, diante da negativa dos índios do Xingu de deixar que a Estrada BR 080 cortasse o parque indígena. Naquela ocasião, o militar desconsiderava a postura dos xinguanos e acrescentava: “A estrada iria levar a civilização do boi, para aqueles afastados rincões”.

Ainda é bom lembrar a afirmação de Protásio Lopes. “A Amazônia só será nossa quando for habitada por brasileiros e não por índios, que não têm nacionalidade”, discursou o brigadeiro em Belém (PA), em 21 de janeiro de 1980. Em outra ocasião, o mesmo militar se referiu aos índios como “quistos populacionais”, “quistos raciais” e “quistos linguísticos”.

A militarização da Funai e até mesmo a proposta de fazer dos índios “soldados natos” não é novidade. Em 1977, o general Frederico Rondon, na CPI da Funai, repetiu seu entendimento de que o índio é um soldado nato e a “tribo” uma organização paramilitar, reafirmando a necessidade de recriar a Guarda Rural Indígena (Grin) e ressaltando o “espírito militar” do índio brasileiro.

Quem acompanhou de perto o indigenismo militar da ditadura percebeu o quanto ele foi estatizante, autoritário e repressor, centralizador, integracionista, assimilacionista e tutelar. E parece que voltou. A repressão recente contra a manifestação pacífica de quatro mil indígenas que se reuniam em Brasília, em abril, para o 14º Acampamento Terra Livre, foi um indicativo claro de que não há nenhuma vontade do atual governo de dialogar com os povos originários. Outro indicativo é o fato de que o general Franklimberg Ribeiro de Freitas já é o quinto presidente do órgão em pouco mais de um ano do golpe. Qual o interesse em, realmente, pensar políticas indigenistas se fazem do cargo uma moeda de troca?

Sobre Oscar Bandeira de Melo, primeiro general a assumir a Funai, que permaneceu no cargo entre os anos de 1969 e 1974, afirmou o indigenista Orlando Vila Boas: “Bandeira de Melo instituiu o modelo mais eficaz de exterminar índios”. Contudo, o que preocupa é o fato de que a prática de esta-

belecer combatente como chefes da instituição não está apenas em um passado remoto ou em tempos de ditadura militar. O general ora nomeado para presidente da Funai, pelo atual governo, certamente tem a missão de facilitar e abrir os caminhos dos grupos anti-indígenas encastelados no Estado brasileiro.

“A nomeação, pelo ministro chefe da Casa Civil, do general Franklimberg Ribeiro de Freitas para exercer o cargo de presidente da Funai, constitui-se em mais uma afronta aos povos e organizações indígenas de todo o país. Desde 2016 já se posicionaram contra a nomeação do referido militar para a presidência do órgão.” A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) deixa claro seu repúdio ao governo Temer por mais essa agressão aos habitantes originários dessa terra. Afirmam, ainda, sua posição contrária ao loteamento partidário de cargos, ao desmonte da Funai e à militarização da questão indígena.

Poderíamos elencar inúmeros dados, indícios e políticas implementadas pelos governos militares com relação aos povos indígenas, que certamente estão embasando o posicionamento do atual governo e seus aliados. Tudo ocorre com o intento de militarizar novamente o órgão indigenista oficial.

Era para ser votado, em 10 de maio, o relatório da CPI Funai/Incrá 2 que, além de indiciar mais de uma centena de indígenas e seus aliados, pede a extinção da Funai. Mais uma ação para sufocar o movimento indígena?

Junto ao indiciamento de indígenas, antropólogos, instituições que trabalham pela vida dos povos tradicionais, vemos ser elevado ao cargo da Funai o senhor Franklimberg. A nota divulgada pela Apib faz a ponte entre o passado e o presente. “Com a nomeação de Franklimberg, o governo Temer promove a militarização da Funai, como nos tempos da ditadura militar, a fragilização total do órgão e a perspectiva de mudança nos procedimentos de demarcação das terras indígenas, em favor da implementação da agenda neoliberal desenvolvimentista e em detrimento da autonomia e protagonismos dos nossos povos”.

A Apib, por fim, “conclama a todos os povos, organizações regionais e de base a se mobilizarem mais uma vez contra essa avalanche de retrocessos, de esfacelamento das garantias e direitos constitucionais, que ameaçam a diversidade étnica e cultural dos nossos povos e o nosso direito originário às nossas terras tradicionais”.

Esse é, lamentavelmente, o contexto. Esse é o grito dos povos indígenas do país clamando para a resistência e afirmação de seus projetos de Bem Viver e seus direitos originários e constitucionais.

Não à militarização da Funai!

Porantinadas

Aparelhamento

Ao ser exonerado da Funai, em maio, o pastor Antônio Costa, saiu disparando flechas para todos os lados do governo. Denunciou o aparelhamento do órgão indigenista oficial por parlamentares ruralistas e a pesada pressão institucional para que não cumpra com suas obrigações constitucionais. O ex-presidente da Funai disse que o deputado federal Osmar Serraglio (PMDB/SC) tornou-se ministro da Justiça apenas dos ruralistas “impondo uma ditadura sobre o órgão indigenista”. A demissão de Costa teria ocorrido por se opor a tais desmandos e indicações de pessoas alheias às questões indígenas e teleguiadas por interesses antagônicos ao que se destina a missão institucional da Funai. Na ocasião, o pastor citou vinte indicados para a Funai pelo líder do governo, André Moura, que “nunca viram índios em suas vidas”.

Dever não cumprido

A ausência de representantes do Ministério da Justiça em audiências e sessões que tratam de violações aos direitos indígenas em organismos internacionais como a ONU e a OEA tem sido constante no governo Temer. A diplomacia brasileira está numa saia justa e não tem se saído bem na defesa do governo, com os questionamentos sobre o seu real compromisso com a agenda de direitos humanos. O descaso ficou patente no 162º período de sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no final de maio, em Buenos Aires. A CIDH atendeu ao pedido da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), em conjunto com a Rede de Cooperação Amazônica (RCA), Plataforma Dhesca e outras 27 entidades indígenas, indigenistas e de defesa de direitos humanos, para a realização de uma audiência com representantes do Estado brasileiro que tratou da situação dos direitos dos povos indígenas no país. Nenhum representante do Ministério da Justiça e da Funai apareceu. Motivo alegado: “dificuldades administrativas”.

Olho no retrocesso

A CIDH e a OEA têm analisado diversos casos de violações individuais e coletivas de direitos humanos de povos indígenas como os Yanomami, os Xukuru, os Guarani Kaiowá, e os da Raposa Serra do Sol, entre outros. Em maio ocorreu, na capital argentina, a primeira audiência para tratar desses casos e da violência contra outros povos, numa conjuntura de retrocessos institucionais que tem chamado a atenção da comunidade internacional. Preocupados com o agravamento da violência contra lideranças e comunidades indígenas, os membros da CIDH insistiram na obrigação de o Brasil investigar, punir responsáveis e prevenir atos violentos. E cobraram compromisso do governo em manter o marco constitucional dos direitos indígenas. Pediram ainda ao governo para esclarecer como pretende manter a proteção dos povos e terras indígenas diante dos profundos cortes no orçamento da Funai.



Contra a militarização da Funai e golpes nos direitos indígenas

General é nomeado presidente da Fundação Nacional do Índio, provocando indignação e críticas do movimento indígena

Assessoria de Comunicação/Cimi

A reação do movimento indígena à nomeação do general Franklimberg Ribeiro de Freitas, em 9 de maio, para ocupar a presidência da Funai, foi imediata. Em nota, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) criticou a militarização, o loteamento partidário e o desmonte da Fundação Nacional do Índio (Funai). A organização avalia que os desmandos visam “atender aos anseios das bancadas evangélica e ruralista, que apoiaram o impeachment para dar sustentação a sua agenda antipopular e anti-indígena”. Para a Apib, a fragilização total da Funai se dá “em favor da implementação da agenda neoliberal desenvolvimentista”.

A Apib avalia que a nomeação do general representa uma “afrenta aos povos e organizações indígenas de todo o país, que durante intensas jornadas de mobilização em 2016 se posicionaram, contra a indicação do militar ao cargo de presidente da instituição, não só por sua vinculação militar, mas também pelo fato de ser um indicado do Partido Social Cristão (PSC), agrupação reconhecidamente contrária aos direitos indígenas dentro e fora do Congresso Nacional, onde tem atuado explicitamente para criminalizar as demarcações de terra no âmbito da CPI da Funai e do Incra, além de apoiar a aprovação da PEC 215 e outras iniciativas anti-indígenas”.

Velhos coturnos

A nomeação do general Franklimberg para presidir a Funai trouxe à memória os tristes tempos do indigenismo militar da ditadura. No período as palavras-chaves contra os indígenas eram autoritarismo, repressão, centralização de decisões, integração, assimilação e tutela. E o vocabulário nefasto dos coturnos parece ter voltado. A repressão contra a manifestação pacífica de quatro mil indígenas, em Brasília, em abril, para o 14º Acampamento Terra Livre, foi uma amostra da falta de diálogo do governo com os povos originários. Em seguida, veio a nomeação do general Franklimberg, o quinto presidente da Funai em pouco mais de um ano do golpe. Para reduzir críticas à nomeação do militar, as notas oficiais frisaram que o novo presidente era do Amazonas, da região do povo Mura.

Para impedir mais retrocessos, a Apib conclamou a todos os povos, organizações regionais e de base a se mobilizarem mais uma vez contra a “avalanche de retrocessos, de esfacelamento das garantias e direitos constitucionais, que ameaçam a diversidade étnica e cultural dos nossos povos e o nosso direito originário às nossas terras tradicionais”.

Críticas após queda

Antônio Fernandes Costa, presidente da Funai substituído pelo general Franklimberg, saiu disparando contra o governo, após a exoneração, em 5 de maio. Toninho Costa criticou a atuação parcial do ruralista Osmar Serraglio (PMDB-PR) à frente do Ministério da Justiça (MJ) e afirmou que a bancada ruralista “não



só assumiu o controle das questões indígenas, mas também no Congresso Nacional”.

O presidente deposto declarou que a Funai “vive uma ditadura e a atuação do ministro ruralista, contrária aos direitos indígenas, vem inviabilizando o cumprimento das atribuições do órgão”. Costa ressaltou que o fato de não ter aceitado nomear indicados políticos do PSC foi determinante para sua exoneração.

“Ele [Serraglio] não está sendo ministro da Justiça, porque está sendo ministro de uma causa que ele defende no parlamento. Isso é muito ruim para as políticas brasileiras, principalmente para as minorias. Os povos indígenas precisam de um ministro que faça Justiça”, disse Costa.

Serraglio foi autor do relatório da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 aprovada em comissão especial na Câmara dos Deputados em 2015. A proposta, considerada inconstitucional, prevê a transferência das demarcações do Executivo para o Legislativo e insere uma série de dispositivos que dilapidam os direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas, como o marco temporal. Na prática, a PEC 215 pretende inviabilizar a demarcação de terras, abrir a possibilidade de revisão de terras já demarcadas e legalizar a exploração das terras demarcadas por não índios.

Costa também se manifestou sobre a paralisação das demarcações de terras, apontando que os técnicos da Funai nunca deixaram de trabalhar, “mas todo o processo está enterrado em decisões do Ministério da Justiça. Eu não creio que daqui para a frente haverá evolução nesse sentido”.

No relatório Violência contra os Povos Indígenas – 2015, publicado pelo Cimi em setembro do ano passado, foram contabilizadas 47 terras indígenas aguardando a publicação de Portaria Declaratória, atribuição direta do MJ, e outras 523 dependendo de providências da Funai, subordinada ao ministério. Apesar das suas atribuições legais, Serraglio, já ministro, afirmou que “terras não enchem barriga de ninguém”.

O presidente exonerado havia afirmado à imprensa

que foi demitido por não se submeter ao ministro ruralista e não aceitar as indicações do Partido Social Cristão (PSC) à Funai. O próprio Serraglio afirmou, em abril, que “a Funai é do PSC, do deputado André Moura”, líder do governo Temer no Congresso.

“[Fui exonerado] Por não ter atendido o pedido do líder do governo André Moura, que queria colocar 20 pessoas na Funai que nunca viram índios em suas vidas. Estou sendo exonerado por ser honesto e não compactuar com o malfeito e por ser defensor da causa indígena diante de um ministro ruralista”, declarou Costa. O próprio Costa chegou à Funai por indicação do PSC, em janeiro, e antes disso trabalhava como assessor técnico do PSC em comissões do Congresso.

Reforço às denúncias

Em nota publicada pelo Ministério da Justiça, Serraglio acabou por reforçar as denúncias apresentadas pelo presidente exonerado. A nota critica o ex-presidente por não haver implementado um linha de energia em terras indígenas no estado de Roraima, o que seria uma grave violação dos direitos constitucionais dos indígenas e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

“O que se viu foi, não só a ausência de qualquer ação, como evidente ofensa ao princípio hierárquico, uma vez que o ex-presidente da Funai publicamente reclamou da incumbência”, afirma a nota do MJ, que caracteriza a gestão de Costa como pouco “ágil e eficiente”. O ex-presidente questionou as declarações do ministro sobre sua demissão, que teria se dado por “falta de competência”.

“Incompetência é desse governo que quebrou o país, que faz cortes de 44% no orçamento [da Funai] porque não teve competência de arrecadar recursos. Incompetência é desse governo que é incapaz de convocar os 220 concursados, incompetência é desse governo que faz cortes de funcionários e servidores na instituição”, criticou, fazendo referência ao concurso para a Funai realizado em 2016.

O ex-presidente declarou ainda que a Funai vive uma ditadura “que não permite a Funai executar as políticas institucionais”. E criticou: “Estamos prestes a ver se instalar nesse país uma ditadura, que a Funai já está vivendo”. ♦



General Franklimberg (centro), novo presidente da Funai

Mais de uma centena de indiciados no relatório da CPI Funai/Incr

Lideranças indígenas, antropólogos, servidores públicos e diversos membros do Cimi foram indiciados no relatório da CPI comandada pelos ruralistas. Instituições populares e democráticas repudiaram a perseguição e a CNBB se solidarizou com o Cimi pelas “infundadas e injustas” acusações recebidas

Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) repudiava com veemência o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai/Incr aprovado em 17 de maio. A CPI mostrou-se parcial do início ao fim dos trabalhos e foi criada, conduzida e relatada por agronegociantes para atender aos interesses ruralistas e atacar os povos originários, seus direitos e aliados junto à sociedade brasileira.

Descomprometidos com a verdade, os ruralistas tentam criminalizar, por meio de indiciamentos, mais de uma centena de lideranças indígenas, indigenistas, religiosos e cientistas sociais que, cumprindo os preceitos Constitucionais nas suas respectivas esferas de trabalho, defendem os direitos indígenas no Brasil. O relatório originalmente apresentado pelos ruralistas incluía, ainda, a proposição de indiciamento de procuradores da República, removidos para a lista de encaminhamentos.

No caso do Cimi, sem jamais convidar a entidade e seus membros para prestar qualquer esclarecimento, os ruralistas da CPI da Funai/Incr requestraram denúncias já devidamente arquivadas por falta de provas que constavam no relatório da ‘CPI do Cimi’ levada a cabo, também por ruralistas, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. O caso demonstra a total falta de fundamento fático e legal das acusações desferidas contra a instituição e seus membros.

Atestado de bons serviços

Num contexto de perseguição política, de ataque deliberado contra os marcos constitucionais, e tentativa de retorno ao escravagismo no campo, além de venda do território brasileiro para estrangeiros por parte dos ruralistas, ser acusado e indiciado por eles no âmbito da CPI da Funai/Incr constitui-se num atestado de bons



Indígenas impedidos de acompanhar a sessão da CPI da Funai/Incr

serviços prestados ao Brasil, à Constituição brasileira e à causa indígena em nosso país.

É preocupante a possibilidade de adoção, pelo Poder Executivo, de medidas administrativas sugeridas pelos ruralistas no relatório da CPI da Funai/Incr. Entre elas a extinção da Funai, depois chamada pelo relator de “reestruturação”, além de mudanças no procedimento de demarcação das terras indígenas.

Sob a falaciosa justificativa de estabelecer “critérios objetivos” para as demarcações, os ruralistas propõem ignorar os critérios já definidos pela Constituição Federal, a fim de aniquilar os direitos territoriais dos povos indígenas, inviabilizar demarcações de terras pelas

quais estes povos lutam há muito tempo e permitir a dilapidação das áreas já demarcadas.

Acordo contra demarcações

O Cimi está convencido da existência de acordos prévios entre os ruralistas da Câmara dos Deputados e os ruralistas do governo Temer para a implementação de iniciativas que inviabilizem as demarcações e a proteção das terras indígenas, em benefício dos próprios ruralistas e dos poderosos interesses econômicos que defendem.

Chama a atenção a forma racista dos ruralistas se referirem a lideranças e povos indígenas ao longo do relatório da CPI. Trata-se de ranço colonialista que

CNDH: intimidação a paralisa nas demarcações

Em manifestação pública, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) repudiou o relatório da CPI da Funai/Incr. Considerou que as ações da Comissão mostraram “nítido propósito de intimidação e criminalização de pessoas e entidades que atuam na defesa dos direitos dos povos indígenas, quilombolas e da reforma agrária”.

O CNDH lembrou que no relatório da CPI consta o indiciamento de indígenas, indigenistas, antropólogos/as, procuradores/as da República, funcionários/as da Funai e outros, além de pedidos de investigação de organizações indigenistas. E constam ainda proposições que visam paralisar as demarcações de terras indígenas e territórios quilombolas, bem como rever e revogar aquelas já demarcadas, “colocando na mira do agronegócio e do mercado de terras áreas indispensáveis à sobrevivência física e cultural dos povos indígenas e quilombolas”.

“ A mobilização social, a independência funcional, o cumprimento de deveres por agentes estatais e a construção do saber científico, em um Estado Democrático de Direito, não podem ser criminalizados.”

Associação Juizes para a Democracia – AJD

Juizes para a Democracia contra criminalização

Em carta aberta, a Associação Juizes para a Democracia (AJD) se solidarizou com o Cimi e com toda(os) injustamente criminalizada(os) pelo relatório final da CPI da Funai/Incr. A entidade não governamental e sem fins corporativos tem entre suas finalidades o respeito aos valores jurídicos do Estado Democrático de Direito.

A AJD lembrou que o pedido de indiciamento deu-se com base na atuação de representantes do Cimi em conformidade aos fins da instituição que é o de “intervir na sociedade como aliada dos indígenas, fortalecendo o processo de autono-

mia desses povos na construção de um projeto alternativo, pluriétnico, popular e democrático, conforme, a propósito, estampado na Constituição e em documentos internacionais subscritos pelo Brasil”.

A AJD ainda prestou solidariedade às demais pessoas indevidamente mencionadas, como objeto de indiciamento, no relatório. Entre elas, lideranças de comunidades, inclusive caciques, bem como militantes de instituições e organizações não governamentais “que se mobilizam para que o Estado brasileiro cumpra suas promessas normativas em relação

a povos indígenas e quilombolas”. Solidarizou-se com membros do Ministério Público Federal que, “no âmbito de sua independência funcional, demandam por uma leitura emancipatória dos direitos originários”, e ainda com procuradores federais, gestores e servidores da administração pública direta e indireta “que atuam para cumprir seu dever de efetivar os mesmos direitos, bem como de antropólogos que estudam e denunciam as violações históricas contra povos indígenas e quilombolas, por parte dos sistemas político e econômico”.

acentua o preconceito contra os povos originários de nosso país. A agressividade, falta de respeito e de bom senso no relatório ruralista alcança, inclusive, organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas relatorias especializadas.

Também é preocupante a onda de massacres cruéis cometidos por fazendeiros e seus jagunços contra povos indígenas, quilombolas e camponeses Brasil a fora. É público e notório que a CPI da Funai/Incrá contribuiu para potencializar e alastrar essa onda de violações e violências no campo, ao perseguir quem defende a luta por direitos e ignorar quem pratica tais massacres. Ao longo do funcionamento da CPI, dentre outros, foram praticados os massacres 'de Caarapó', em Mato Grosso do Sul, contra os Guarani Kaiowá, 'de Colniza', em Mato Grosso, contra camponeses, e 'dos Gamela', no Maranhão.

O Cimi reitera o compromisso institucional e de seus membros com a defesa da Constituição brasileira, dos direitos e da vida dos povos originários de nosso país. Agradece aos poucos, mas aguerridos parlamentares membros da CPI da Funai/Incrá, e a suas assessorias, que demonstraram sensibilidade e compromisso com a causa indígena, tanto por meio das manifestações e enfrentamento à maioria ruralista durante o funcionamento da Comissão, quanto pela elaboração e apresentação do relatório paralelo da CPI, que faz um contraponto qualificado às grosserias do relatório oficial. Externa confiança nos órgãos de controle do Estado brasileiro, que não de enviar para o arquivo o relatório ruralista. E, por fim, manifesta solidariedade às famílias de todas as vítimas dos massacres cometidos pelos ruralistas em nosso país.

Barrados na sessão

Cerca de 50 indígenas foram barrados na sessão da CPI Funai/Incrá em 16 de maio, por decisão do ruralista Alceu Moreira (PMDB-RS), presidente da Comissão. A entrada de indígenas, quilombolas e camponeses foi poucas vezes permitida nos quase 500 dias que duraram a CPI, se contabilizadas as suas duas edições – a primeira se encerrou em agosto de 2016 e, em continuação, a outra foi aberta pelos ruralistas em outubro. Em novembro, indígenas, quilombolas e pescadores artesanais chegaram a ser atacados com spray de pimenta pela polícia legislativa, após serem barrados na Câmara e impedidos de acompanhar a sessão da CPI.

Pastorais do Campo repudiam difamações

Em nota, o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), a Pastoral da Juventude Rural e a Caritas Brasileira solidarizaram-se com as missionárias e os missionários do Cimi. O texto manifesta o repúdio das Pastorais do Campo às difamações por "determinados setores econômicos, de políticos e de parte da grande mídia nacional", direcionadas àqueles que trabalham junto ao organismo da CNBB.

"Não podemos nos calar diante das injustiças, sobre a tendenciosa solicitação de indiciamento de indígenas e de membros do Cimi, de quem, em diferentes funções, contribuiu para a defesa dos direitos dos povos indígenas", declaram as pastorais. A nota denuncia a estratégia da bancada ruralista do Congresso Nacional para intimidar organizações que atuam na defesa dos povos indígenas. "Percebemos que há uma clara tendência dos parlamentares de, além de intimidar, criminalizar os membros do Cimi. É uma clara estratégia da bancada ruralista do Congresso

Total apoio da CNBB ao Cimi

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) manifestou total apoio e solidariedade ao Cimi diante das "infundadas e injustas" acusações que recebeu na CPI da Funai e Incra. Os bispos repudiaram o relatório da Comissão em nota e em conferência de imprensa, denunciando a "evidente tentativa de intimidar" o Cimi, instituição com mais de 45 anos de existência, e de confundir a opinião pública sobre os direitos dos povos originários.

Sobre o processo e os resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai e Incra, o secretário-geral da CNBB, dom Leonardo Steiner, afirmou que são unilaterais e visam "colocar na parede" organismos, indígenas, antropólogos e procuradores que defendem os direitos indígenas. "Não há nenhum fazendeiro indiciado. Somente pessoas que lutam pela vida dos povos indígenas. Isso prova que são iniciativas imparciais", ressaltou. "O direito dos povos originários não é refletido. A CPI não criou possibilidade de diálogo para debater a questão das terras, das culturas indígenas. Tudo o que pretende é criminalizar os movimentos".

Para o cardeal Sérgio da Rocha, arcebispo de Brasília e presidente da CNBB, os responsáveis pelo relatório que indiciava mais de cem pessoas, entre elas religiosos, padres e bispo, não se dispuseram a dialogar com a Conferência. "A falta de diálogo com a CNBB mostra que são iniciativas sem legitimidade, além de antidemocráticas", apontou o religioso.

A nota da CNBB embasa o caráter imparcial do processo. "A CPI desconsiderou dezenas de requerimentos de alguns de seus membros, não ouviu o Cimi e outras instituições citadas no relatório, mostrando-se, assim, parcial, unilateral e antidemocrática." O processo revelou o abuso da força do poder político e econômico na defesa dos interesses de quem deseja a todo custo inviabilizar a demarcação das terras indígenas e quilombolas, numa afronta à Constituição Federal. "São inadmissíveis iniciativas como o estabelecimento do marco temporal, a mercantilização e a legalização da exploração de terras

Nacional que objetiva intimidar organizações da sociedade civil e agentes públicos a fim de que não atuem na causa na defesa e viabilização dos direitos dos povos indígenas consagrados na constituição de 1988".

As pastorais apontam ainda a crescente onda de violências e insegurança no campo, impulsionada por incitações de ódio por parte do Legislativo, que "se soma à omissão das políticas do Executivo e a criminalização e parcialidade de grande parte do Poder Judiciário".

Encorajamento guarani

A Comissão Guarani Yvyrypa, que reúne indígenas Guarani do Sul e do Sudeste do país, divulgou uma carta de encorajamento aos indiciados na CPI da Funai/Incrá. No documento, as lideranças dizem não estarem surpresas pela perseguição de indígenas, órgãos indigenistas, antropólogos, servidores públicos e religiosos, por se tratarem de "ações assumidas por antigos perseguidores dos povos indígenas e daqueles que defendem os seus direitos".

Lembram que na lista de indiciados estão lideranças da terra indígena Morro dos Cavalos (SC) e Mato Preto (RS), além de rezadores e anciãos, inclusive "parentes



Presidência da CNBB em coletiva de imprensa para divulgar nota em favor do Cimi e dos povos indígenas

indígenas por não índios, ferindo o preceito constitucional do usufruto exclusivo e permanente outorgado aos povos".

A CNBB ressalta ainda para que se tenha em conta que "as proposições da CPI se inserem no mesmo contexto de reformas propostas pelo governo, especialmente as trabalhista e previdenciária, privilegiando o capital em detrimento dos avanços sociais. Tais mudanças apontam para o caminho da exclusão social e do desrespeito aos direitos conquistados com muita luta pelos trabalhadores e trabalhadoras".

A nota da CNBB destaca que houve aumento da violência no campo, coincidindo com o período de funcionamento da CPI. Cita dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), registrando que, em 2016, ocorreram 61 assassinatos em conflitos no campo, um aumento de 22% em relação a 2015. As atrocidades ocorridas em Colniza (MT) e Pau D'Arco (PA) elevaram para 40 o número de assassinatos no campo, só neste primeiro semestre de 2017. "Levadas adiante, as proposições da CPI podem agravar ainda mais esses conflitos. É preciso que os parlamentares considerem isso ao votar qualquer questão que tenha incidência na vida dos povos indígenas e demais populações do campo", conclui a nota da CNBB.

"Não há nenhum fazendeiro indiciado na CPI. Somente pessoas que lutam pela vida dos povos indígenas."

Dom Leonardo Steiner, secretário-geral da CNBB

"O que temos a dizer a vocês, nossos amigos, é que os tempos estão difíceis, mas não é hora de recuar. Tenham certeza que agora, mais do que nunca, estaremos fortes e chamamos vocês para estar do nosso lado. Que estejamos sempre fortes. Aguyjevete!"

Comissão Guarani Yvyrypa

que já se foram desse mundo e estão com Nhanderu, nosso Pai Celeste – sobre eles não pesará mais a injustiça desse mundo". Na lista estão ainda antropólogos que trabalharam na identificação das terras deles, servidores da Funai, procuradores do Ministério Público Federal, e religiosos, "cujo maior crime foi o de entender a nossa luta". Os Guarani dizem que "não foi surpresa ver na televisão que os mesmos deputados que acusaram as nossas lideranças figuram nas listas dos que receberam dinheiro dos empresários que cortam nossas aldeias com rodovias, que levantam casas e prédios e querem construir condomínios nas nossas terras, que trançam nossos rios com barragens hidrelétricas, e que querem cavar o chão para arrancar os minérios que Nhanderu enterrou nos nossos territórios". ♦

Na ONU, preocupação com violações de direitos indígenas no Brasil

Durante análise da Organização das Nações Unidas sobre a atuação dos Estados quanto aos direitos humanos, 29 países clamam contra as políticas anti-indígenas do governo brasileiro

Guilherme Cavalli, Assessoria de Comunicação/Cimi

Na Revisão Periódica Universal (RPU), encontro que analisa a atuação dos Estados quanto às políticas referentes a direitos humanos, 29 países mostraram-se preocupados com as políticas anti-indígenas assumidas pelo governo brasileiro. A sessão ocorreu em 5 de maio, durante a reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra, na Suíça. A ineficiência do Estado brasileiro em relação aos povos indígenas esteve entre os temas mais apontados na sabatina. Ações do governo federal que dificultam a promoção da vida dos indígenas, como desmonte da Funai, morosidade na garantia do direito constitucional à terra, violência contra os povos indígenas, ausência de proteção a defensores de direitos humanos, foram os temas mais citados nas considerações ao Brasil.

Para o representante da Alemanha junto ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, o Estado brasileiro deve “garantir consulta adequada e a plena participação dos povos indígenas em todas as medidas legislativas e administrativas que os afetem”. Como considerações, lembrou o atual desmonte da Fundação Nacional do Índio (Funai). “É preciso proteger seus direitos à terra, especialmente através do fortalecimento dos programadores de proteção, financiamento e capacidade adequados à Funai”.

Flávio Vicente Machado, missionário do Conselho Indigenista Missionário do Mato Grosso do Sul e representante da instituição no encontro, ressalta a incapacidade do Estado brasileiro em avançar na formulação de políticas indigenistas. “O Brasil, assim como no âmbito nacional, internacionalmente não soube dar respostas concretas e eficazes aos problemas envolvendo as populações indígenas. A Ministra de Estado de Direitos Humanos, por exemplo, mostrou-se bastante vaga e sem conteúdo



Cimi ressalta a incapacidade do Estado brasileiro em avançar na formulação de políticas indigenistas, durante encontro da RPU

programático, como, por exemplo, sobre a demarcação das terras indígenas no país”, comentou o missionário. “Das considerações feitas no ciclo passado, em se tratando de povos indígenas, poucas foram cumpridas pelo Estado brasileiro. Isso demonstra a incapacidade do governo em dar respostas eficazes, principalmente relacionadas aos direitos territoriais.”

No campo do direito, o representante da Áustria recomendou ao Estado Brasileiro que o Conselho Nacional de Justiça crie um mecanismo para acelerar ações judiciais envolvendo demarcação de Terras Indígenas (TIs). Assinalou que é necessário “estabelecer um mecanismo que permita decisões judiciais rápidas e corretas sob estrita observância do direito constitucional e internacional em relação aos direitos territoriais dos povos indígenas”. Essa recomendação demonstra o conhecimento e a preocupação dos países europeus sobre o problema da judicialização dos processos administrativos de demarcação. Décadas se

passam até o julgamento ocorrer, gerando crises humanitárias nas Terras Indígenas a serem demarcadas.

Diante da conjuntura de desmonte das organizações governamentais responsáveis pela execução das políticas indigenistas, o porta-voz do Canadá também ressaltou a necessidade da estruturação de órgãos governamentais que assegurem os direitos indígenas. “Deve-se garantir os direitos constitucionais dos povos indígenas, inclusive assegurando que a Funai tenha os recursos necessários para realizar seu trabalho, particularmente no que se refere à demarcação de terras indígenas, e tomar medidas para concluir investigações sobre

todos os assassinatos de povos indígenas”.

Em relatório divulgado previamente, a RPU, da ONU, aponta descaso governamental na implementação de políticas indígenas. Com parecer da relatora Victoria Tauli-Corpuz, do Conselho de Direitos Humanos, o texto relata “as contínuas tentativas no Congresso Brasileiro de enfraquecer o poder de proteções legislativas dos direitos dos povos indígenas”. A notificação cita a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 como exemplo das políticas anti-indígenas conduzidas pelo governo.

A RPU ocorreu cinco dias após o massacre no território Gamela (MA), que deixou 22 feridos. Em 4 de maio a instituição divulgou um comunicado sobre a barbárie, afirmando que “a ONU conclama que as investigações sejam conduzidas com rigor pelas autoridades públicas, estabelecendo tolerância zero a quaisquer formas de redução da gravidade das violências contra os povos indígenas e impunidade de agressores”. ♦

Brasil denunciado na OEA por violar direitos dos povos indígenas

Izabela Sanchez, De Olho nos Ruralistas

Pelo menos 28 organizações de apoio aos povos indígenas denunciaram o Brasil, em 25 de maio, na Organização dos Estados Americanos (OEA). O grupo entregou, em Buenos Aires, um documento com as denúncias, durante audiência com o secretário-executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Paulo Abrão, em que discutiam as mudanças em políticas públicas e leis sobre povos indígenas e quilombolas no Brasil.

As denúncias à Comissão relatam os ataques no campo e o desmonte da Fundação Nacional do Índio (Funai). O país pode ser julgado e condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, já que é signatário e fundador da OEA.

O documento discute o atual governo e destaca legendas como PSC, PP e PMDB por protagonizarem retrocessos políticos. Observa que o tema foi objeto de vasta análise pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, em 2016, ao levantar a situação dos direitos humanos dos povos indígenas nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos identificou um padrão de violações e conflitos exacerbados, travados por políticos que têm como bandeira a negação dos



Padrão de violações e conflitos exacerbados têm como bandeira a negação dos direitos indígenas por políticos

direitos indígenas, o que se repete em diversas regiões do país, notadamente Sul, Nordeste e Centro-Oeste.

Desmonte da Funai

O documento elaborado pelas organizações assinala que, atualmente, a Funai tem 2.142 funcionários, em contraste com os 5.965 cargos autorizados pelo Ministério do Planejamento. Critica ainda a nomeação do deputado federal Osmar Serraglio (PMDB) para o Ministério da Justiça, que coordena a Funai. Lembra que ele foi relator da Proposta de Emenda Constitucional 215 (PEC 215), cujo objetivo é transferir do Executivo para o Legislativo

a palavra final sobre demarcações de territórios indígenas, quilombolas e unidades de conservação ambiental.

O Terena Luiz Eloy, assessor jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), lembra que a OEA já foi acionada diversas vezes. Mas, dessa vez, as organizações dão destaque aos retrocessos nas políticas públicas. “Uma das temáticas que sensibilizaram a Comissão foi justamente esses retrocessos de direitos”, conta. “A audiência foi solicitada com foco nas mudanças de políticas públicas e legislativas que estão afetando os povos indígenas”.

O advogado Terena lembra que o país é signatário do pacto São José da Costa Rica, assinado em 22 de novembro de 1969 e ratificado em setembro de 1992. Para Luiz Henrique Eloy, enquanto vários Estados americanos avançam na proteção de direitos humanos “o Estado brasileiro está indo na contramão, está retrocedendo”.

O documento observa que as demarcações de terra no Brasil estão paralisadas desde 2012, e a Funai se arrasta para concluir cerca de 241 processos. Para as organizações signatárias do documento, a paralisia se dá por causa da relação de cumplicidade entre o agronegócio, o governo federal e os governos estaduais. ♦

A Teia poupa vidas e se espalha

No 5º Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais no Maranhão, 600 pessoas reafirmaram os princípios do Bem Viver, protegidos na enredada ação coletiva

Ana Mendes, para Assessoria de Comunicação/Cimi

Choveu a cântaros no dia 26 de maio no Quilombo Alto Bonito, Cidade de Brejo, no Maranhão. “O dia amanheceu mais leve”, comenta feliz um indígena que teve o sono interrompido por causa do temporal na madrugada. Mais leve o dia, mais forte o tecido da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão que realizou o VI Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais entre os dias 25 e 28 de maio de 2017, sob o tema “*Não estamos extintos, estamos de pé, em luta. Essa terra é nossa!*”.

A Teia Maranhense, formada oficialmente em 2013, tem o intuito de discutir demandas comuns às diversas populações tradicionais do estado. O Encontro, que ocorre semestralmente, conta com a articulação de camponeses, sertanejos, quilombolas, indígenas, geraizeiros, pescadores artesanais, quebradeiras de coco e povo de terreiro. Todos possuem suas próprias Teias. O movimento tem um caráter pioneiro no Brasil. Ao menos outros quatro estados brasileiros já têm composições neste mesmo formato, como por exemplo a Bahia e o Sergipe. A tendência é crescer. O nome do grupo é autoexplicativo: os povos e comunidades são os fios de uma teia tridimensional. Fios entrecruzados, compartilhando pontos em comum, mas mantendo trajetórias autônomas.

A ‘diferença’ é a essência das teias. Entretanto, há muito em comum entre as cerca de 600 pessoas reunidas no Quilombo Alto Alegre. A principal delas é o combate ao modelo desenvolvimentista imposto aos territórios tradicionais pelo binômio capital-Estado. Conforme o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com dados sistematizados de 2016, lançado em maio, houve 194 conflitos no campo maranhense. O estado lidera este ranking há pelo menos seis anos. O número de ameaçados de morte atingiu a marca de 72 casos. A violência inerente a estes dados decorre da impossibilidade de acesso ao território. A proteção oferecida por parte dos órgãos governamentais durante os ataques é parca - e até mesmo nula em alguns casos. O recente massacre sofrido pelo povo Akroá Gamella, no município de Viana, reforça tal argumento: 22 indígenas gravemente feridos, uns com requinte de crueldade, sob o olhar passivo da Polícia Militar.

A Teia serve também como proteção coletiva, apoio e reforço aos povos ameaçados física e simbolicamente. Conforme Chico Severo, pedagogo e camponês da Comunidade Santo Antônio, de Pedro Rosário, o importante da Teia é que “aqui não se identifica o sujeito. O quilombola, o trabalhador rural e o indígena é um conjunto de gente de todas as categorias. Para você trabalhar a abelha tem que conhecer a rainha. Sem



O Encontro é a época de trocas e toques de sementes e tambor, rezas e danças/rituais; de refletir sobre as dificuldades e apresentar experiências positivas nas terras tradicionais



identificar o sujeito, a gente poupa vida. Aqui não se conhece nem o zangão nem a rainha”.

Esta edição do encontro contou com Osmarino Amâncio, líder seringueiro que, ao lado de Chico Mendes, lutou pela sobrevivência da floresta amazônica. Osmarino vive no Acre e veio com a missão de ver de perto a mobilização da Teia que, para ele, se assemelha à união dos povos da floresta no período em que cerca de 40 mil pessoas foram expulsas dos seringais por projetos madeireiros e pecuários. “Nós perdemos lá, naquela guerra, 172 pessoas que foram assassinadas. Foram incendiadas 3.992 casas no meio daquela floresta. Foram expulsas milhares de pessoas pra Bolívia e para as periferias das cidades do Acre, mas esse povo se levantou contra tudo isso. A casa do meu pai foi incendiada três vezes. Eu sobrevivi a seis atentados. Se eu tirar minha blusa vocês vão ver as marcas de toda aquela luta”.

A violência empregada contra os seringueiros e demais lutadores levou a mortes, caso do assassinato de Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988 na cidade de Xapuri. Com tamanha experiência, Amâncio ressalta que não adianta “a gente fazer um encontro belíssimo desse e deixar o Inaldo [Gamella] ser assassinado. Nós lá dissemos: chega de velório, chega de missa e de a gente levar pras estatísticas os companheiros e a gente ver eles tombando. A gente não tinha força política, não tinha entidade sindical, associação, cooperativa e, mesmo assim, esse povo, pra defender seu território se juntou e disse: é muito melhor a gente morrer no enfrentamento do que morrer ajoelhado na cidade pedindo esmola”.

Teias compartilhadas

Não apenas do Acre, mas também da Bahia se deslocaram representantes de povos e comunidades tradicionais. A Teia baiana enviou integrantes para o Encontro dando seguimento às articulações entre as experiências. Em abril, representantes da Teia maranhense estiveram em Porto Seguro e na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, próxima a Ilhéus, por ocasião de um encontro de agroecologia. Na aldeia Serra do Padeiro, ouviram a experiência de indígenas ameaçados, que contabilizaram parentes assassinados, sofreram tortura e todo tipo de violência estatal.

Guiada pelo princípio do Bem Viver, a Teia acredita que, com base na educação, agroecologia e espiritualidade, pode-se construir modelos de vida que garantam autonomia e soberania alimentar. Um pensamento que perpassa a atuação das experiências em Teia país afora. Cacique Nailton Pataxó Hã-hã-hã afirma que os povos e comunidades tradicionais precisam plantar. Para a experiente liderança, o problema de todo o dia é a comida - inclusive para que os grupos estejam preparados para os desafios da luta pela terra.

Experiências de vida

Entre trocas e toques de sementes e tambor, rezas e danças/rituais algumas experiências positivas nas terras tradicionais foram apresentadas. O projeto de educação do Quilombo Nazaré, em Serrano do Maranhão, é um exemplo de mudança metodológica que deu certo por persistência de professores e integrantes das comunidades. Em 2014, eles impediram que as crianças do 6º ano saíssem do território para estudar na cidade. Quatro professores quilombolas fundaram uma turma e começaram a trabalhar, sem salários, colocando em prática a lei 11.645, que inclui o conteúdo de história afro e indígena no currículo. Um ano depois, o município os contratou. “A gente tem que se impor, e não ficar com medo, para desconstruir a ideologia racista dos livros didáticos. Esses livros ferem a nossa cultura”, afirma Gil Quilombola.

Ao final do evento, os participantes do Encontro, fizeram uma moção de repúdio ao massacre de dez trabalhadores rurais de Pau D’Arco, no Pará. E reafirmaram os princípios do Bem Viver, que “passam pela retomada dos nossos territórios, da nossa autonomia, pela garantia da soberania alimentar, manutenção da nossa cultura e modo de vida”. ♦

**massacre de
caarapó
um ano
depois**

Meu glorioso Clodiody

Clodiody Aquileu Rodrigues de Souza foi morto há um ano, em 14 de junho de 2016, no tekoha - lugar onde se é - Toro Paso, município de Caarapó (MS). Entre prisões de fazendeiros envolvidos no ataque que culminou no assassinato do indígena, e a soltura destes por decisão do STF, a terra indígena teve a demarcação anulada e apesar da insegurança jurídica e territorial, os Guarani Kaiowá plantam e buscam uma vida em paz



Por Renato Santana e Tiago Miotto, da Assessoria de Comunicação - Cimi

Clodiody Aquileu Rodrigues de Souza foi morto há um ano no tekoha - lugar onde se é - Toro Paso, município de Caarapó (MS). Dias antes, em 12 de junho, o Guarani e Kaiowá, ao lado de outros 300 indígenas do povo, retomou uma área de 490 hectares da Fazenda Yvu, incidente sobre o tekoha. Os fazendeiros se reuniram em consórcio e atacaram o acampamento da retomada, apoiados por jagunços, pistoleiros uniformizados e encapuzados. Utilizaram retroescavadeiras e incendiaram tudo o que identificavam como pertences dos indígenas. Além de Clodiody, cinco Guarani e Kaiowá foram baleados e seis outros feridos - inclusive a tiros de bala de borracha. O ataque durou entre nove e 13 horas, sem a polícia intervir. Nenhum fazendeiro ou bandido contratado para atacar os indígenas se feriu, ou foi preso. O local do massacre - Toro Paso - passou a ser chamado de retomada Kunumi Poty Verá, nome indígena de Clodiody.

Kunumi Poty Verá faz parte da demarcação Dourados Amambaipaguá I. Por conta da paralisação do procedimento, incluído ainda em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2007, portanto há dez anos, entre o Ministério Público Federal (MPF) e o governo federal (nenhum procedimento foi concluído, de apenas quatro abertos), os Guarani e Kaiowá decidiram que não era mais possível esperar às margens das rodovias: passaram a retomar áreas tradicionais pertencentes à delimitação da demarcação. “Essa demora do governo matou Clodiody e mais uns tantos”, afirma Elson Guarani e Kaiowá. Mesmo diante da procrastinação estatal, a Justiça Federal, no dia 10 de fevereiro deste ano, suspendeu o processo administrativo da Dourados Amambaipaguá I, declarando o ato nulo. Para os Guarani e Kaiowá, este pode ser considerado o segundo assassinato de Clodiody.

Sem reparação ou o direito à terra para viver, e não apenas ser enterrado, e com os criminosos impunes, o sentimento dos Guarani e Kaiowá um ano depois do Massacre de Caarapó acompanha as denúncias que o povo realiza nos últimos tempos nas Nações Unidas (ONU) e Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). “Na verdade a política indigenista do governo para a gente é o genocídio. Violam nossos direitos de

todas as maneiras. Em Mato Grosso do Sul um saco de soja, um boi valem mais que um indígena, um ser humano”, declara Elzeu Guarani e Kaiowá. Estatísticas e estudos comprovam a veracidade da fala do indígena. Conforme o Atlas Agropecuário, 92% do território sul-mato-grossense está em terras privadas; 83% desse total, são de latifúndios - a Fazenda Yvu, por exemplo. O restante do território do estado está destinado a áreas protegidas (4%), incluindo aqui as terras indígenas, e 1% de assentamentos. Da totalidade das terras do Brasil, 53% encontram-se em áreas privadas e 28% é a taxa de ocupação de latifúndios.

De acordo com dados que o Itamaraty disponibiliza para as relações comerciais exteriores, tendo em Mato Grosso do Sul um de seus principais produtores de commodities, cerca de 80% da população do estado vive em centros urbanos. “O assassinato de Clodiody está inserido dentro deste contexto de voracidade do agronegócio por terras. O que nos preocupa é o fato de que o juiz que

declarou nulos os atos do procedimento administrativo da Dourados Amambaipaguá I usou a tese do marco temporal. É farta a documentação comprovando que os Guarani e Kaiowá foram retirados à força de suas aldeias, mas sempre se mantiveram perto delas vivendo sob terríveis privações na beira de estradas ou confinados em reservas”, declara Flávio Vicente Machado, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional MS. Na tese do marco temporal, só poderiam ser consideradas terras tradicionais aquelas que estivessem sob posse dos indígenas na data de 5 de outubro de 1988 - a promulgação da Constituição Federal. Em 12 de maio de 2016, a Dourados Amambaipaguá I foi declarada e delimitada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculada ao Ministério da Justiça, com publicação no Diário Oficial da União. Outros tekoha fazem parte da grande terra, que ainda abrange a Reserva Indígena Tey'i Kue - criada na década de 1930 para confinar os Guarani e Kaiowá expulsos de seus territórios tradicionais contra a própria vontade.





Ruy Sposati/Cimi



A força-tarefa Avá Guarani prendeu cinco fazendeiros por envolvimento no ataque. Em suas propriedades, encontrou 11 armas, 310 cartuchos e dois carregadores de pistola



MPF/MS

Ruy Sposati/Cimi



Clodiodi constou no relatório de Victoria, apresentado em setembro, onde ela conclui, depois de ter percorrido Brasília, Mato Grosso do Sul, Bahia e Pará que o governo brasileiro não atendeu às recomendações da Relatoria Especial para os Direitos dos Povos Indígenas das Nações Unidas, realizadas em 2008 em decorrência da visita do relator James Anaya.

Ordens de despejo, ameaças, prisões

Menos de 48 horas depois de deixar o Hospital da Vida, em Dourados (MS), Simão Guarani e Kaiowá, sobrevivente do Massacre de Caarapó, sofreu emboscada durante a noite do dia 26 de junho de 2016, na casa que divide com a esposa e uma filha na Reserva Tey'i Kue, inserida nos limites de demarcação da Dourados Amambaieguá. Antevendo as intenções dos indivíduos não identificados que se aproximavam da moradia, Simão mandou que a mulher fugisse com a filha e ele danou-se pela plantação de mandioca da família em busca de um esconderijo. O pai de Clodiodi e outros indígenas presentes no Massacre de Caarapó passaram a ser ameaçados nos dias seguintes ao ataque. "A gente conhece todos que tavam ali e que deu pra gente ver. Tão ameaçando pra gente não contar", declarou um Guarani e Kaiowá à época.

Ao programa Notícias Agrícolas, o presidente do Sindicato Rural de Caarapó, Carlos Eduardo M. Marquez, declarou que os "produtores da região" se reuniram para retirar os Guarani e Kaiowá da retomada Yvu, mas que "não houve conflito. Os índios voltaram para a aldeia, ficaram revoltados e trancaram a estrada. Tinha uma carreta carregada. O motorista ficou com medo e atropelou o índio (Clodiodi)". O superintendente do Hospital da Vida, para onde foram

encaminhados os Guarani e Kaiowá baleados, declarou ter "certeza absoluta" de que os indígenas foram atingidos por arma de fogo. No caso de Clodiodi, a morte foi causada por dois disparos que o atingiram no tórax, sem nenhum sinal de atropelamento por um veículo de grande porte. Conforme imagens feitas pelos próprios indígenas, o corpo de Clodiodi foi recolhido por seus parentes no interior da fazenda Yvu e ainda com a presença dos fazendeiros na área.

Não apenas as ameaças ou as manipulações tentando descaracterizar o ataque aguardavam os Guarani e Kaiowá,

além de possíveis prisões contra lideranças. As famílias sobreviventes enfrentaram uma ordem de despejo contra o tekoha Kunumi Vera. O juiz Janio Roberto dos Santos, da 2ª Vara da Justiça Federal de Dourados, concedeu liminar de reintegração de posse em favor de Silvana Raquel Cerqueira Amado Buainain, proprietária da fazenda Yvu, onde está localizado o tekoha pelo qual Clodiodi tombou. A decisão foi revertida posteriormente, em instâncias superiores. Sequer o posicionamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos

(CIDH) em repúdio ao ataque e pedindo a demarcação sensibilizou o juiz.

A força-tarefa Avá Guarani prendeu cinco fazendeiros por envolvimento no ataque. Em suas propriedades, encontrou 11 armas, 310 cartuchos e dois carregadores de pistola. Foram encontrados dois revólveres e um rifle calibres 38, uma pistola 380 e sete espingardas calibres 16, 22, 28, 32, 36 e 38. Dos 310 cartuchos recolhidos, a maioria são de calibre 22 (91 unidades), 380 (67) e 38 (54). Foram apreendidos carregadores sem a respectiva arma e que armamentos registrados em nome dos fazendeiros presos não foram localizados. Para o MPF, o resultado da busca e apreensão reforça as investigações. "A perícia realizada no local do ataque à comunidade encontrou projéteis deflagrados em calibres similares às munições apreendidas".

No dia 28 de outubro de 2016, o MPF apresentou a denúncia à Justiça Federal em Dourados contra os cinco envolvidos na retirada forçada dos indígenas da Fazenda Yvu. "Os fazendeiros, que estavam presos preventivamente até semana passada, responderão por formação de milícia armada, homicídio qualificado, tentativa de homicídio qualificado, lesão corporal, dano qualificado e constrangimento ilegal. As penas podem chegar a 56 anos e 6 meses de reclusão. Segundo as investigações, "os denunciados organizaram, promoveram e executaram o ataque à comunidade Tey Kuê no dia 14 de junho. Cerca de 40 caminhonetes, com o auxílio de três pás carregadeiras e mais de 100 pessoas, muitas delas, armadas, retiraram à força um grupo de aproximadamente 40 índios Guarani Kaiowá da propriedade ocupada - que incide sobre a Terra Indígena Dourados Amambaieguá". Por decisão monocrática do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello, todos foram soltos em 3 de novembro.

Elson Guarani e Kaiowá conta que na terra tradicional onde Clodiodi tombou, e que a Justiça diz que não existe mais, a vida é próspera. "Plantamos nossa comida (foto acima), sem veneno. Conseguimos vender feijão e mais umas plantações para comerciantes. A terra é a vida pro nosso povo. Não queremos ela para o ruim, para a maldade, para ficar rico. Queremos a terra para viver bem, junto de Ñanderu, dos espíritos dos que morreram pela terra. É o lugar pra nossas crianças crescerem. Com ela temos vida, bastante. Sem ela é morte, dor e sofrimento. Pro branco já não basta tudo o que passamos?", diz. ♦

Para Elson Guarani e Kaiowá, a única decisão possível é seguir colocando a vida em risco para que o direito se estabeleça de alguma maneira. Não apenas em Mato Grosso do Sul, mas em vários estados do país povos têm adotado a estratégia da autodemarcação. Enquanto isso, as retomadas não cessam - e as consequências violentas na mesma proporção. Há um ano já era o que se tinha no horizonte. "Vinham mais de duzentos carros. Fizeram uma divisão, dois grupos: um veio de um lado, pela divisa da aldeia, fizeram um cerco na gente. Do outro lado, veio pá cavadeira [tipo de trator] e arrebentou a cerca, e começaram a entrar pelo campo. Vieram atirando, atirando, tiroteio feio mesmo, arma pesada", relatou à época um Guarani e Kaiowá. "Atiraram sem trégua, encapuzados de milícia paramilitar", diz um verso da música Meu Glorioso Clodiodi, do Ruspo. O MPF, dias depois do assassinato de Clodiodi, denunciou 12 indivíduos por formação de milícia privada em MS, envolvendo casos anteriores a este que ficou conhecido como Massacre de Caarapó.

Parlamentares da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara Federal realizaram uma diligência em Mato Grosso do Sul, entre os dias 15 e 16 de junho do ano passado, logo após o massacre. Revelaram em relatório que policiais do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e as polícias Militar e Federal estiveram na retomada um dia antes do ataque aos Guarani e Kaiowá. De acordo com o relatório apresentado pelos parlamentares, o fazendeiro conhecido como Virgílio Mata Fogo afirmou aos Guarani e Kaiowá, na presença dos policiais, que caso a comunidade não saísse da área retomada ele iria "resolver do meu jeito (SIC)". No dia seguinte, conforme o documento da CDHM, Virgílio coordenou o ataque que terminou no Massacre de Caarapó junto com outros dois fazendeiros chamados de Camacho e Japonês.

A relatora especial das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, condenou o ataque contra os Guarani e Kaiowá e afirmou tratar-se de "uma morte anunciada". A especialista instou as autoridades federais e estaduais a adotar ações urgentes para prevenir mais assassinatos, bem como investigar e responsabilizar os perpetradores. "Paramilitares agindo por instruções de fazendeiros realizaram o ataque em retaliação contra a comunidade indígena que busca o reconhecimento de suas terras ancestrais", disse nota oficial da relatoria. O caso de

Presidente do Cimi denuncia ameaça e ataques anti-indígenas nos três poderes do Estado

Assessoria de Comunicação do Cimi

Em plenária realizada em 2 de maio, durante a 55ª Assembleia Geral dos Bispos do Brasil, dom Roque Paloschi, arcebispo de Porto Velho (RO) e presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), denunciou as violações dos direitos indígenas ocorridas nos três poderes do Estado brasileiro. Para o religioso, o governo de Michel Temer é conduzido pela bancada ruralista, “setor que atua de modo articulado, sistemático e violento no ataque aos povos e direitos indígena”. Como consequência da atual conjuntura política nacional, “cria-se o caótico cenário político indigenista vivido no Brasil”.

Para atender aos interesses dos financiadores das campanhas eleitorais e daqueles que conduziram o impeachment, “diferentes órgãos foram ocupados por pessoas com posicionamentos antagônicos aos povos indígenas, quilombolas, demais comunidades tradicionais e camponeses sem terra”. O pronunciamento de dom Roque para dezenas de bispos, em Aparecida (SP), assinala as concessões de cargos a ruralistas no governo Temer. Para aprovar medidas de “reformas”, o atual governo leiloou ao agronegócio inclusive o Ministério da Justiça, responsável pelas demarcações das terras indígenas. Osmar Serraglio (PMDB-PR), atual Ministro da Justiça, “é o representante do núcleo duro da bancada ruralista, setor que atua de modo articulado, sistemático e violento no ataque aos povos e direitos indígenas”, aponta dom Roque.

Sob constantes ataques, os direitos indígenas são congelados e o que avança no Ministério da Justiça e na Câmara dos Deputados são ações “que visam a desconstrução dos direitos dos povos indígenas no Brasil”. No Executivo Federal, demissões e cortes no orçamento na Fundação Nacional do Índio (Funai) – o que caracteriza desmonte da instituição – também assinalam os retrocessos contra os direitos dos povos tradicionais. “O enjugamento da máquina governamental configura a desproteção dos povos indígenas, perpetua situações de vulnerabilidade sociocultural, conflitos e violências enfrentadas pelos povos [...]”. Também favorece a invasão, loteamento e apossamento ilegal de terras indígenas já demarcadas [...]”.

No Poder Judiciário, quando o assunto são os povos indígenas, o que vem em pauta é o marco temporal. Instrumento de grupos anti-indígenas, a tese jurídica



Durante a 55ª Assembleia Geral dos Bispos do Brasil dom Roque Paloschi denunciou violações dos direitos indígenas

propõe uma interpretação restritiva dos direitos indígenas, ao definir que só poderiam ser consideradas terras tradicionais aquelas que estivessem sob posse dos povos originários em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição.

Ergue-se outra bandeira da bancada ruralista. Contudo, o pronunciamento do líder religioso adverte: “Eventual decisão majoritária do STF em favor dessa tese significará, na prática, a legalização e legitimação de todas as ações violentas, cometidas por forças privadas e pelo próprio Estado brasileiro, até aquela data, que resultaram em expulsões dos povos de suas terras”.

Perseguições ao Cimi, seus membros e colaboradores

Dom Roque Paloschi aponta, no documento, ações do poder legislativo que visam calar a voz profética do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Para ele, são “perseguição política, tentativa de criminalização e provocação de danos morais contra a organização, seus membros e colaboradores”.

Na carta, o bispo ressalta as acusações infundadas que compunham a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Cimi em Mato Grosso do Sul (MS) e recorda que “tentativas de linchamento moral” contra o organismo não são inéditas, ao relembrar as injúrias publicadas pelo jornal Estado de S. Paulo no advento do processo Constituinte, em 1987. “As acusações desferidas por parte de representantes do agronegócio sul mato-grossense contra o Cimi, seus membros e colaboradores tinham exclusivo viés político-ideológico e se deram num contexto de perseguição”, afirma. O relatório da CPI-MS foi arquivado por falta de provas.

Para recordar a importância do trabalho do Cimi junto aos povos indígenas, além de mencionar as instâncias nacionais e internacionais de atuação do organismo, o arcebispo memora a atuação do salesiano Rodolfo Lunkenbein (1939-1976) e do jesuíta Vicente Cañas (1939-1987), ambos assassinados por defender a vida dos indígenas. “O martírio aponta para o núcleo da esperança de uma causa aparentemente perdida, de uma causa que na última instância e antecipadamente recebeu o veredito de Deus fiel e justo: ‘serás livre e tua causa viverá’”.

Assine o

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul
Brasília-DF - CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60

Ass. dois anos: R\$ 100

Ass. de apoio*: R\$ 80

América Latina: US\$ 50

Outros países: US\$ 70

* Com a assinatura de apoio
você contribui para o envio do jornal a
diversas comunidades indígenas do país

Carta de Dom Roque Paloschi, na 55ª Assembleia Geral da CNBB

“Felizes os mansos, porque
 receberão a terra em herança.”
 (Mt 5,5)

O cenário político indigenista vivido no Brasil é caótico. O risco iminente de retrocessos contra os direitos indígenas, de modo especial ligados ao território, é alto. O agravamento das violações de direitos humanos dos povos indígenas no Brasil é evidente.

As ameaças e ataques anti-indígenas ocorrem nos três poderes do Estado brasileiro. Favorecidos com doações milionárias de grandes corporações, inclusive multinacionais, o ruralismo saiu ainda mais fortalecido das urnas, em 2014. O impeachment, de 2016, permitiu aumentar o ataque contra os povos indígenas em todo o território nacional.

A bancada ruralista, que já exercia forte pressão sobre o governo Dilma, agora assumiu, por completo, a condução política do governo Temer. Diferentes órgãos foram ocupados por pessoas com posicionamentos antagônicos aos povos indígenas, quilombolas, demais comunidades tradicionais e camponeses sem terra.

Até mesmo o Ministério da Justiça, que tem papel fundamental na condução dos procedimentos administrativos de demarcação das terras indígenas, foi assumido por um membro da bancada ruralista, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da Proposta de Emenda

Constitucional (PEC) 215/00, principal instrumento legislativo contra os direitos territoriais dos povos indígenas no Brasil.

O ministro da Justiça destaca-se por ser um operador orgânico, empenhado nas ações que visam a desconstrução dos direitos dos povos indígenas no Brasil. Corporações empresariais ligadas ao agronegócio foram as principais financiadoras de sua campanha à Câmara dos Deputados. Como ministro do governo Temer, é o representante do núcleo duro da bancada ruralista, setor que atua de modo articulado, sistemático e violento no ataque aos povos e direitos indígenas.

Pelo enxugamento de recursos e descompromisso político, o governo Temer paralisou os procedimentos administrativos de demarcação das terras indígenas. Desde que assumiu o governo, em maio de 2016, nenhuma terra indígena foi homologada pelo presidente e sequer declarada pelo ministro da Justiça.

O Executivo federal também demitiu funcionários e cortou o orçamento da Fundação Nacional do Índio (Funai). Com isso, mais de cinquenta coordenações técnicas locais e ao menos cinco bases de proteção a povos isolados e de recente contato estão sendo fechadas pelo órgão indigenista.

O enxugamento da máquina governamental configura a desproteção dos povos indígenas, perpetua situações de vulnerabilidade sociocultural, conflitos e violências enfrentadas pelos povos, de modo especial nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Noroeste do país. Também favorece a invasão, loteamento e apossamento ilegal de terras indígenas já demarcadas; ao mesmo tempo em que fortalece o risco de genocídio contra diversos povos isolados, de modo especial na região Amazônica.



(MPE) e Ministério Público Federal (MPF), do Relatório produzido pela CPI do Cimi em Mato Grosso do Sul. A Comissão Parlamentar de Inquérito criada e conduzida por parlamentares ruralistas invadiu a vida institucional do Cimi, de membros e colaboradores da organização durante oito meses, no período de setembro de 2015 a maio de 2016.

Ao longo de todo esse tempo, acusações marcadamente falaciosas foram amplamente divulgadas como se verdade fossem por diferentes veículos de comunicação, inclusive pela TV pública da própria Assembleia Legislativa daquele estado. Imagens de missionários e seus familiares e crianças foram divulgadas sem o menor respeito.

O arquivamento do relatório da CPI do Cimi pelos órgãos de controle do Estado brasileiro demonstra que a luta por direitos e em defesa da vida no Brasil não é e não pode ser tratada como crime em nosso país. Com o arquivamento do citado relatório, fica novamente demonstrado, mais uma vez, que o Cimi, seus membros e colaboradores atuam, única e exclusivamente, dentro dos marcos político-legais vigentes no Estado brasileiro.

A motivação central do arquivamento do relatório da CPI, a saber, por falta de provas, materializa o fato de que as acusações desferidas por parte de representantes do agronegócio sul mato-grossense contra o Cimi, seus membros e colaboradores tinham exclusivo viés político-ideológico e se deram num contexto de perseguição, tentativa de criminalização e na intenção de provocar danos morais contra uma organização

reconhecida, nacional e internacionalmente, pelo compromisso com a vida dos povos indígenas e de uma sociedade plural e democrática.

Nesse contexto, o Cimi chama a atenção para o fato de que o referido relatório, devidamente arquivado pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal em Mato Grosso do Sul, foi requerido e pode estar sendo 'requestrado' pelos ruralistas, no âmbito da CPI da Funai/Incrá na Câmara dos Deputados. O relatório dessa nova CPI provavelmente será aprovado ainda neste mês de maio de 2017.

Por evidente, eventual menção e retomada, pela CPI da Funai/Incrá, de acusações dirigidas ao Cimi, a seus membros e colaboradores que foram arquivadas junto com o relatório da CPI do Cimi em Mato Grosso do Sul, significará prática recorrente, de modo consciente e deliberado, por parte de seus autores, de perseguição política, tentativa de criminalização e provocação de danos morais contra a organização, seus membros e colaboradores.

Cumprir lembrar que estas estratégias de acusações infundadas e tentativas de linchamento moral contra o Cimi não são inéditas. No advento do processo Constituinte, em 1987, na tentativa de desqualificar a luta dos povos indígenas pela garantia de seus direitos no texto constitucional, o Cimi também sofreu um duro processo de acusações públicas feitas por meio do Jornal Estado de S. Paulo. As acusações desembocaram numa Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional. Na ocasião, ao longo do funcionamento da CPI foi comprovado o caráter totalmente fraudulento dos documentos que embasavam as acusações contra o Cimi. Composta por maioria contrária ao Cimi e à causa indígena, a CPI finalizou sem a votação do relatório que, necessariamente, inocentaria o Cimi. →

No Judiciário, de modo especial no Supremo Tribunal Federal (STF), há intensa disputa em torno da interpretação do atual texto constitucional. Os ruralistas e alguns ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) defendem a tese político-jurídica do marco temporal, segundo a qual os povos somente teriam direito às terras nas quais estavam na posse em 05 de outubro de 1988, data da promulgação da constituição brasileira. Naquele momento, muitos povos indígenas estavam encurralados em terras não demarcadas e impedidos de reivindicar seus territórios. Trata-se de matéria de profunda importância e gravidade. Eventual decisão majoritária do STF em favor dessa tese, significará, na prática, a legalização e legitimação de todas as ações violentas, cometidas por forças privadas e pelo próprio Estado brasileiro, até aquela data, que resultaram em expulsões dos povos de suas terras.

A mera possibilidade de legitimação dos esbulhos de terras indígenas cometidos até outubro de 1988, tem servido para insuflar a prática de novas invasões, loteamentos e apossamentos ilegais de terras indígenas já demarcadas, práticas que estão em curso especialmente nos estados de Rondônia e Pará.

Perseguições ao Cimi, seus membros e colaboradores: a CPI do Cimi em Mato Grosso do Sul e a CPI da Funai/Incrá na Câmara dos Deputados

No advento dos 45 anos completados no último dia 23 de abril, o Cimi tem a alegria de informar sobre o arquivamento, por parte do Ministério Público Estadual

→ Incidência junto a organismos multilaterais em defesa da causa indígena no Brasil

Diante do caos vivido no Brasil quanto às violações de direitos humanos provadas por representantes dos interesses do agronegócio, bem como do absoluto controle político das estruturas legislativas e de governo no Estado brasileiro pelo mesmo setor, a atuação política junto a organismos multilaterais em defesa dos direitos e da vida dos povos indígenas ganha ainda mais importância.

Neste sentido, o Cimi tem mantido presença, por meio de seus missionários, e contribuído para garantir a participação de lideranças indígenas em diferentes espaços de incidência internacional, tais como: o Fórum Permanente da ONU sobre Povos Indígenas, o Conselho de Direitos Humanos da ONU, as representações diplomáticas do Brasil junto à ONU e à OEA; a Relatoria Especial da ONU para Povos Indígenas, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, ligadas à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Destacamos, neste contexto, a atuação do Cimi, por meio de suas assessorias e missionários, no Caso Xukuru, que está em julgamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos, da OEA, e a apresentação de denúncia formal sobre violações e violências sofridas pelos Guarani Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em conjunto com organizações parceiras, em 2016.

Importante salientar ainda, que, em 2016, o Cimi obteve o Status Consultivo Especial no Conselho Econômico e Social da ONU. O fato atesta o reconhecimento da Organização das Nações Unidas relativamente à atuação do Cimi em defesa da vida e dos direitos dos povos indígenas no Brasil e fortalece a missão e a responsabilidade do organismo de pastoral junto a instâncias multilaterais.

A visita ao Brasil e o relatório produzido pela Relatora Especial da ONU sobre povos indígenas, Victoria Tauli-Corpus, em 2016, em que constam informações sobre violações e violências cometidas, especialmente contra povos indígenas em Mato Grosso do Sul, Bahia e Pará, bem como as recomendações feitas pela mesma, atestam a gravidade da situação vivida pelos povos indígenas em nosso país.

Os ataques violentos feitos por milicianos, de modo organizado e com requintes de crueldade, desferidos após a visita da Relatora Especial da ONU e já no contexto do governo Temer, especialmente nos casos do conhecido “Massacre de Caarapó”, contra os Guarani Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, em junho de 2016, e o ataque contra os Gamela, em 30 de abril de 2017, no Maranhão, demonstram o agravamento da situação e a total desconsideração às normas legais vigentes no Brasil e às recomendações de organismos internacionais por parte de representantes do agronegócio no Brasil.

Parece-nos fortemente paradoxal e não razoável o fato de que uma notícia, por exemplo, sobre a ocorrência de eventual caso de febre aftosa em um boi numa determinada região do Brasil provoque restrição, suspensão e até mesmo o fechamento dos mercados à importação de carne bovina brasileira, ao mesmo tempo em que notícias como o massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido no Pará, em 1997, o massacre de Caarapó, em Mato Grosso do Sul, em 2016, e o massacre de Colniza, em Mato Grosso, em 2017, não tenham consequências, tais como de restrição, suspensão ou fechamento nestes mesmos mercados à importação de commodities produzidas pelo agronegócio nessas regiões.



Dom Roque, presidente do Cimi e arcebispo de Porto Velho (RO)

Os ataques violentos feitos por milicianos, de modo organizado e com requintes de crueldade, desferidos após a visita da Relatora Especial da ONU e já no contexto do governo Temer, demonstram o agravamento da situação e a total desconsideração às normas legais vigentes no Brasil e às recomendações de organismos internacionais por parte de representantes do agronegócio no Brasil

A avidez como motivação dos ataques anti-indígenas

Em momentos de crise no sistema capitalista, as grandes corporações intensificam suas iniciativas na perspectiva de manter e ampliar as taxas de lucro, potencializando a concentração de capital no mundo. Para tanto, atuam fortemente em todos os níveis, para flexibilizar os direitos conquistados pelos trabalhadores, para se apropriar de bens estatais por meio de privatizações e para expandir a posse e a exploração de bens naturais.

O acesso, a exploração e a transformação de bens naturais em mercadoria comercializável é um mecanismo de geração de lucro fácil e rápido. O movimento expansionista vigente em toda a América Latina, e no Brasil em especial, dá-se nessa perspectiva. As terras que estão na posse dos povos indígenas e de outras populações tradicionais são ricas em bens naturais. Por isso, essas áreas estão sob permanente assédio e o direito sobre elas estão sob intenso ataque.

Os povos conscientes e em luta na defesa de seus direitos e projetos de vida

Diante disso tudo, por óbvio, os povos indígenas não ficariam de “braços cruzados”. O ataque sistemático e violento aos seus direitos e às suas vidas faz com que se mobilizem em todas as regiões do país. Nas aldeias, nas estradas, nas retomadas, nas autodemarcações, nas incidências e mobilizações, no Brasil e em instâncias multilaterais, continuam fazendo as denúncias contra os projetos de morte do agronegócio e anunciando, em alto e bom som, que estão vivos e que darão suas

vidas pelo direito à vida e ao futuro de suas gerações em seus territórios demarcados e protegidos.

Continuidade e audácia do nosso compromisso com os povos indígenas

Eu trago do 14º Acampamento “Terra Livre”, de Brasília, os gritos dos povos indígenas para essa nossa assembleia da CNBB: “Demarcação já!”, “respeito aos territórios demarcados!”, “respeito à vida dos povos indígenas”. O relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil nos obrigou, novamente, a divulgar uma realidade triste. Dentre outras violências graves, mais de 650 casos de omissão e morosidade na regularização de terras, cerca de 600 óbitos de crianças de 0 a 5 anos, e dezenas de assassinatos no ano de 2015 foram registrados.

Até hoje, a defesa dos povos indígenas é uma luta pela vida e contra a morte. Pecado não é apenas “matar índios”. “Pecado” significa também, indiferença diante das ameaças de sua causa pelos três poderes, ingenuidade de parcerias e indigenismo de gabinete.

Há dez anos ocorreu, aqui em Aparecida, a 5ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Lhes asseguro, caros colegas no ministério episcopal, que as missionárias e os missionários do Cimi têm “um compromisso com a realidade” (DAp 491), como o Documento de Aparecida (DAp) nos recomendou e que esse compromisso “nasce do amor apaixonado por Cristo que acompanha o povo de Deus na missão de inculturar o Evangelho na história” (DAp 491). Mas esse compromisso do testemunho pascal levou o Cimi, muitas vezes, aos limites entre vida e morte. Celebramos este ano o jubileu de dois mártires do Cimi: o salesiano Rodolfo Lunkenbein (1939-1976) e o jesuíta Vicente Cañas (1939-1987). Rodolfo assassinado, faz 40 anos, porque defendeu o território dos Bororo; Vicente, faz 30 anos, porque defendeu o território dos Enawenê Nawê. Rodolfo era conselheiro do Cimi, Vicente sua consciência inquieta. Mas os primeiros mártires da causa indígena foram os próprios índios.

Por fim, agradeço profundamente o apoio, o envolvimento e o empenho da presidência da CNBB em relação à causa indígena no Brasil e, de modo particular, ao Cimi. Estou convicto de que se não fosse isso, a situação descrita nesse pronunciamento seria muito mais grave.

Quero terminar essa comunicação com um breve testemunho de dom Aldo Mongiano, meu antecessor de Roraima. Ao despedir-se da diocese, em 1996, dom Aldo escreveu uma carta pastoral que poderia ser do apóstolo Paulo: “Fui espionado, sofri ameaças, insultos, falsos testemunhos. [...] Durante vinte anos, políticos, jornais e rádios locais alvejaram, atirando contra a Igreja de Roraima, lançando contra mim e contra os missionários da Consolata as críticas mais venenosas e as calúnias mais infames. [...] Quando parti para Roraima, tinha comigo só o passaporte, a passagem e o documento de Roma, no qual tinha sido nomeado bispo. Quando fui embora, nem isso tinha” (Mongiano, Aldo. *Roraima entre profecia e martírio, Diocese de Roraima, 2011*). Mas lutar não foi em vão. Eis a nossa esperança também hoje. Faz tempo que o território dos povos indígenas de Roraima e dos Bororo e dos Enawenê Nawê de Mato Grosso foram demarcados. O martírio aponta para o núcleo da esperança de uma causa aparentemente perdida, de uma causa que, na última instância e antecipadamente, recebeu o veredito de Deus fiel e justo: “Serás livre e tua causa viverá”. Vivemos de esperança em esperança, porque acreditamos: “Felizes os mansos, porque receberão a terra em herança.” (Mt 5,5). ♦

Em defesa dos povos indígenas isolados do Brasil e do Peru

Cimi e organizações indígenas locais contra a estrada Puerto Esperanza–Iñapari, na fronteira entre os dois países

Cimi, equipe para os Povos Indígenas Isolados

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) manifesta grande preocupação e se posiciona em defesa da vida dos povos indígenas em isolamento voluntário que habitam a região transfronteiriça do Brasil, no Acre, e do Peru, Madre de Dios. Esses povos isolados estão ameaçados pela construção de uma estrada peruana ligando Puerto Esperanza a Iñapari, projetada para atravessar o território indígena.

Apesar do posicionamento contrário de organizações indígenas, o projeto de construção da estrada Puerto Esperanza a Iñapari, na tríplice fronteira amazônica do Peru com o Brasil e a Bolívia, já foi aprovado pelo Congresso peruano, aguardando sanção ou devolução pelo poder Executivo.

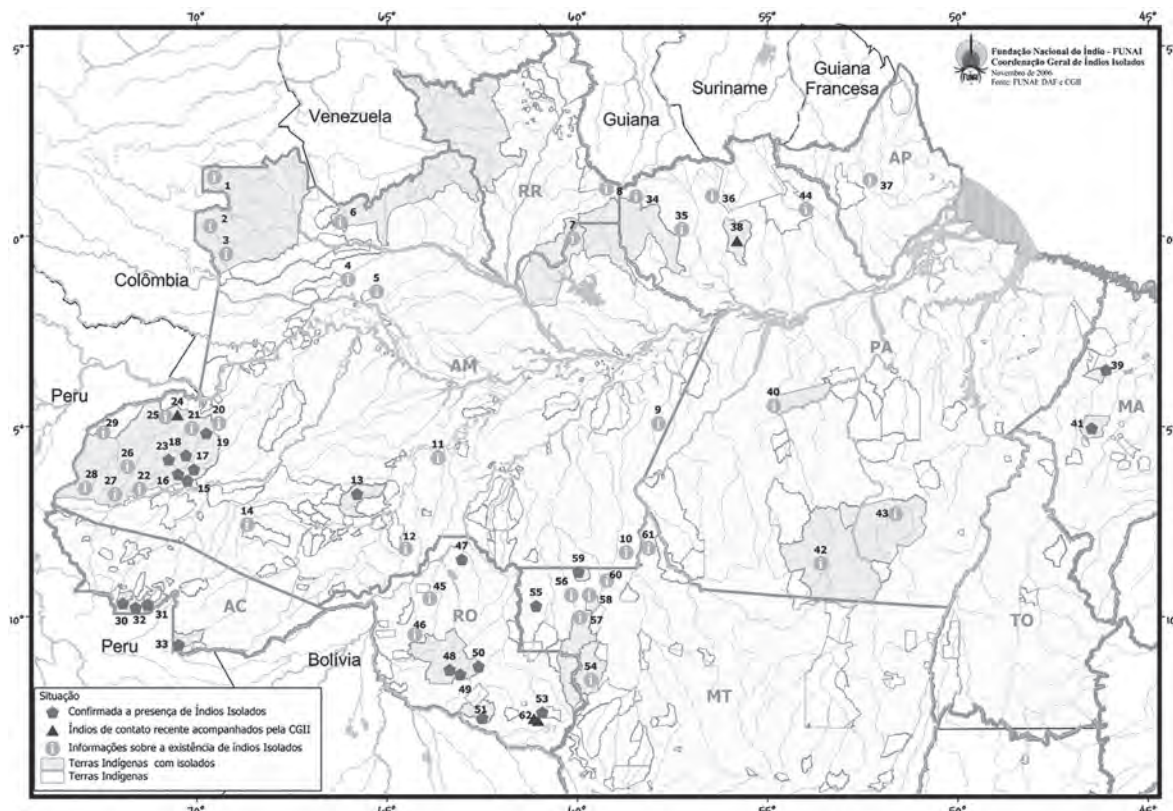
O traçado previsto para a estrada acompanha tanto a fronteira seca entre o Peru e o Brasil como a fronteira definida pelo rio Acre, entre ambos os países. Atravessa as cabeceiras dos rios Acre, Iaco, Chandless e outros que cruzam a linha de fronteira seca.

O Cimi manifestou total apoio à Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (Aidesep) e à Federação Nativa do Rio Madre de Dios e Afluentes (Fenamad) em seus posicionamentos, firmes e claros, contra a construção da estrada. A Aidesep explicitou seu posicionamento, através da carta nº 142-2017, endereçada a Luz Salgado, presidenta do Congresso peruano, em 9 de maio, onde expressa “repúdio ao Projeto de Lei 00075-2016-CR, que autoriza a construção da estrada e favorece o corte ilegal de madeira e o etnocídio”. Através do ofício Nº 241-2017, de 10 de maio, enviado a Luz Salgado, a Fenamad propõe “maior informação e debate plural do Projeto de Lei 75/2016-CR”. Afirma ainda que a “conectividade terrestre a Iñapari não resolve a problemática do Purus”.

Impactos socioambientais

Se construída, a estrada trará enormes impactos socioambientais bilaterais (Peru-Brasil). Os impactos diretos e indiretos não ocorrerão só do lado peruano, onde a estrada corta, mas também haverá fortes efeitos do lado brasileiro, no Acre. Serão afetados os povos indígenas da região e seus territórios, as comunidades ribeirinhas e camponesas, os rios e florestas da região, assim como a fauna e a flora. Nessa região de fronteira há grande quantidade de madeiras nobres como mogno e cedro, entre outras. A experiência na Amazônia mostra que, após as estradas que cortam a floresta, vem o desmatamento ilegal, a contaminação dos rios e igarapés com a mineração e o garimpo. Há ainda o aumento da colonização e conflitos fundiários, assim como a intensificação e criação de novas rotas de narcotráfico, que incidem sobre territórios de indígenas em isolamento voluntário, além do tráfico humano.

Os impactos serão particularmente devastadores sobre os povos indígenas em isolamento voluntário e seus territórios tradicionais transfronteiriços. Os povos indígenas isolados são os mais vulneráveis na Amazônia diante dos impactos dos grandes projetos implementados nos seus territórios tradicionais. Alguns povos indígenas isolados têm como território tradicional esta região transfronteiriça Amazônica Peru-Brasil, compreendida entre o alto rio Purus, alto Chandless,



Mapa da região transfronteiriça onde está projetada a construção da estrada Puerto Esperanza-Iñapari

“ Os povos indígenas são bibliotecas vivas. Cada vez que um povo indígena é exterminado e desaparece, um rosto de Tupãna (Deus) morre e o cosmos, o planeta e toda a humanidade se empobrecem”

*Bernardo Alves,
liderança do povo Sateré-Mawé*

alto Iaco, alto Acre, alto Tahuamanu e alto rio Piedras. Eles transitam nesse território ancestralmente, antes da imposição de fronteiras políticas que cortaram de modo imaginário seus territórios tradicionais.

O projeto da estrada Puerto Esperanza-Iñapari atravessa território indígena tradicional na direção norte-sul, entre o alto Purus e as cabeceiras do Chandless, Iaco, Acre, Tahuamanu e Piedras. E também na direção leste-oeste, onde já existe uma estrada de madeireiros, que acompanha o rio Acre desde suas cabeceiras até a localidade de Iñapari na tríplice fronteira de Bolívia-Peru-Brasil (BolPeBra). Se construída, a nova estrada deixará os povos indígenas em isolamento voluntário absolutamente expostos a todo tipo de violência, sujeitos até a massacres. Serão empurrados mais e mais para dentro do Brasil, o que pode gerar conflitos com outros povos indígenas e comunidades ribeirinhas e seringueiras que habitam as imediações dessa região fronteira brasileira.

No lado brasileiro há defensores da construção de uma estrada ligando os municípios de Santa Rosa do Purus e Jordão. A obra também afetaria drasticamente os povos indígenas em isolamento voluntário e agravaria ainda mais os impactos transfronteiriços.

Os povos indígenas isolados, que têm seus territórios tradicionais em ambos os lados das fronteiras políticas, na Pan Amazônia, são uma oportunidade para que os Estados Nacionais que compartilham estes territórios, assim como a ONU e seus organismos competentes, possam criar marcos jurídicos criativos e eficazes para reconhecer e proteger estes povos e demarcar seus territórios transfronteiriços, assegurando-lhes o direito à existência.

É importante considerar ainda as demandas das outras populações locais, com propostas como, por exemplo, o transporte aéreo acessível das pessoas de Puerto Esperanza, no Peru, a Puerto Maldonado, capital do departamento (estado) peruano de Madre de Dios e, assim, ao restante do país. Querem ainda que seja facilitado o trânsito entre o Peru e o Brasil para as famílias dessa região de fronteira, além do fortalecimento de políticas públicas com incentivos para os funcionários dessas regiões distantes das capitais.

Como se trata de uma região transfronteiriça as soluções passam necessariamente por acordos bilaterais entre o Peru e o Brasil. O Cimi propõe a assinatura de convênio bilaterais entre o Peru e o Brasil para reconhecer, demarcar e proteger conjuntamente os povos isolados e seu território transfronteiriço. Com a participação e consulta prévia das comunidades, organizações e povos indígenas presentes nesta fronteira será possível encontrar uma solução viável e socioambientalmente sustentável para a comunidade de Puerto Esperanza e para facilitar o trânsito bilateral das famílias da região.

Coloca-se para as organizações indígenas e a sociedade civil de ambas as regiões o desafio de agir articuladamente a fim de obrigar os Estados Nacionais de Brasil e Peru a cooperar bilateralmente para encontrar juntos soluções viáveis e socioambientalmente sustentáveis aos problemas e desafios locais, que sejam alternativos à estrada Puerto Esperanza-Iñapari. ♦

Aldeia é destruída e incendiada durante despejo de 67 famílias Kariri Xocó

Renato Santana, Assessoria de Comunicação/Cimi

O que não foi possível de ser retirado da aldeia pelos indígenas Kariri Xocó de Paulo Afonso, sertão baiano, os tratores demoliram. A maloca de reza foi a primeira estrutura a ser destruída. Para que os escombros não alimentem uma vez mais os sonhos de uma comunidade próspera, tudo foi devidamente incendiado - incluindo as plantações, em parte cultivada pelas crianças; o que deu para ser colhido, por causa da forte pressão policial, não encheu um carrinho de mão. Enquanto a aldeia queimava, já à noite, os 170 indígenas rumaram para uma escola desativada há cinco anos, ladeada pelo pátio de terra batida de uma Igreja, do outro lado da BR-423. Sem luz e água, passaram a madrugada amontoados sobre sacolas, malas e trouxas de roupas. Mulheres grávidas e idosas precisaram de atendimento médico do Samu; crianças choravam, outras alternavam passividade com euforia. As águas roncavam em redemoinhos no fundo do canyon.

Às margens do Rio São Francisco e sob o Reino Encantado da Cachoeira de Paulo Afonso, estes indígenas sofreram reintegração de posse em 25 de maio. O despejo das 67 famílias levou 12 horas - contando com policiais "especialistas" em reintegração de posse especialmente deslocados do Rio Grande do Sul.

Um toré tomou conta das duas faixas da BR-423, quando toda a aldeia já estava fora da terra. Mais uma etapa da diáspora secular do povo que, envolvido em uma situação de vulnerabilidade extrema, decidiu se manter junto - diferente do que ocorreu na última dispersão, por volta da década de 50 com a construção do Complexo Hidrelétrico de Itaparica. Há quase dois anos vivendo nesta retomada de dois hectares, os Kariri Xocó estruturaram uma aldeia pungente que se esvaiu aos olhos de todos e todas em poucas horas. Comoção, revolta, desmaios, luta.



Fotos: Angelo Bueno/Cimi



Indígenas refugiados em Igreja após despejo

"Nesse momento me sinto muito triste. O despejo é triste. Você ver a casa, o seu teto, uma vida feliz sendo acabada. A gente passar mais uma vez um sufoco desse. Não é a primeira vez. No dia anterior, contamos por volta de uns 80 policiais, retroescavadeira. Tudo pra demolir uma aldeia numa terra da União. Esse governo, essa Justiça. Todo mundo vê o que tá acontecendo, quem são eles. Se pensa que vai ter Brasil fazendo isso com o povo indígena, se engana", diz Antônio Santos Kariri Xocó de Paulo Afonso. A área, de 170 hectares no total, esteve antes abandonada durante 30 anos e pertence ao DNTI, portanto, da União. No entanto, o órgão federal afirmou não ter interesse e a transferência para a Funai está acertada e em curso. As tratativas foram iniciadas há mais de um mês em processo administrativo na Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

A reintegração da área pública, na verdade, beneficiou uma empresa privada. De acordo com o defensor federal

Átila Dias, "ao contrário do que alega a Uzi Construtora (representada por dez advogados), que afirma ser cesionária e ter a posse do terreno da União, moradores da localidade afirmam que há mais de vinte anos o terreno não possui destinação social nem econômica".

"O que ocorreu foi uma maiores injustiças que um povo pode viver. Foram despejados de seus lares, perderam suas matas, perderam suas plantações e tiveram suas casas derrubadas e queimadas, numa ação truculenta e arbitrária da polícia e de um juiz racista, cruel, anti-indígena", ataca Alzení Thomáz, da Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP). O missionário indigenista Ângelo Bueno, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Nordeste, diz que ao chegar em Paulo Afonso encontrou um ambiente "muito desolador, de muita tristeza e alguma esperança, pois o MPF informou que vai recorrer para garantir que eles voltem".

Mutirões em defesa dos direitos indígenas em Itamarati (AM)

Ligia Kloster Apel

"Os órgãos públicos precisam ouvir os povos indígenas, conhecer nossas necessidades e assumir sua responsabilidade de criar e implementar políticas públicas específicas para nós. Conquistamos com muita luta nossos direitos na Constituição que este ano completará 29 anos, mas os governos municipais, estaduais e federal ainda não estão cumprindo com seu dever de torná-los realidade. Assim, exigimos atenção, acompanhamento e ações dos órgãos públicos para que nossos direitos sejam garantidos e cessem as situações de violações descritas nesta Carta".

Assim concluem a Carta Aberta os representantes dos povos Deni, Kanamari e Kulina, moradores das aldeias Boiador, Flexal, Itaúba, Morada Nova, Santa Luzia, São João e Terra Nova, localizadas no município de Itamarati, no Amazonas. A carta foi elaborada durante o Mutirão de Defesa de Direitos, ocorrido em 27 e 28 de abril. Proporcionado pelo projeto "Garantindo a defesa de direitos e a cidadania dos povos indígenas do médio rio Solimões e afluentes", o mutirão foi realizado pela Cáritas de Tefé e Conselho Indigenista Missionário (Cimi-Tefé). Foi apoiado pela Agência Católica para o Desenvolvimento no Exterior (Cafod-Brasil), além das agências da Inglaterra e País de Gales, e ainda pela União Europeia. Contou com a participação da Organização Não Governamental Operação Amazônia Nativa (Opan).



Charelle Teixeira

Iniciativa do projeto "Garantindo a defesa de direitos e a cidadania dos povos indígenas do médio rio Solimões e afluentes"

As violações descritas na Carta Aberta foram levantadas durante o diagnóstico feito nas consultas iniciais às aldeias, em 2014 e 2015, e nos casos relatados durante as assembleias da Associação do Povo Tukuna do Rio Xerua (Aspotax) e Associação do Povo Deni do Rio Xerua (Aspodex).

Entre as violações denunciadas: desrespeito aos direitos territoriais e ausência de fiscalização; total descaso à opinião das comunidades em relação ao projeto Luz para Todos; desrespeito ao direito que têm a uma educação escolar diferenciada e específica para os povos indígenas; da mesma forma a saúde indígena sofre discriminação pois precisa ser diferenciada e respeitadas as especificidades indígenas. A infraestrutura para o atendimento é

precária, falta capacitação para os atendentes e não são contratados Agentes Indígenas de Saúde, de Saneamento e de Microscopia, profissionais necessários nas aldeias. Falta de respeito pela autonomia e autodeterminação enquanto povos indígenas e dificuldades de acesso às documentações civis e étnicas pela ausência dos órgãos competentes nas cidades próximas.

Para Phaavi Deni, da aldeia Boiador, em Itamarati, a terra não pode ser comercializada, pois ela é como nossa mãe. O líder Deni, junto com os líderes Kanamari Miguel da Silva Gomes, Wakdji Rose Kanamari, Iwa Kanamari e Deni, Umada Kuniva Deni, Shakeravi Deni, ao assistirem o filme "Menos Preconceito, Mais Índio", produzido pela Pródigo Filmes, na aldeia do povo Baniwa, no Alto Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira (AM), e realizado na campanha promovida pelo Instituto Socioambiental (ISA), relatam sua concordância com os parentes Baniwa, quando eles falam aos brancos que negociam terras: "Vocês continuam brancos, nós continuamos índios. A terra é nossa mãe e mãe não se vende, mãe não se negocia".

Os Mutirões de Direitos são um momento importante para os indígenas porque é a "hora do diálogo acontecer e deve ser permanente. Os órgãos públicos precisam ouvir os povos indígenas, conhecer as necessidades e assumir sua responsabilidade de criar e implementar políticas públicas específicas para nós", explicam em uma única voz as lideranças dos povos presentes no evento. ♦

Mulheres Munduruku do Alto Tapajós realizam II Encontro

Mulheres Munduruku

Aldeia Santa Cruz sediou, de 8 a 10 de maio, o II Encontro de Mulheres Munduruku do Alto Tapajós. Esta porção da terra indígena, localizada no município de Jacareacanga (PA), concentrou 100 mulheres Munduruku que estiveram reunidas com caciques, pajés, professores, guerreiros e cantores de mais de 30 aldeias do Alto Tapajós. Mulheres indígenas do



Mulheres do Baixo Tapajós e Xingu também participaram do encontro

Baixo Tapajós e do Xingu, dos povos Kumaruara e Juruna, também participaram do encontro.

Na esteira dos debates internacionais levados a cabo pela Relatora Especial da ONU para o Direito dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, que está atualmente reavaliando a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e sua aplicabilidade nos diversos países, as indígenas afirmaram que o direito à consulta livre, prévia e informada não está sendo respeitado pelo governo brasileiro. Reforçaram ainda a importância de fortalecer o Protocolo de Consulta Munduruku nas aldeias.

As ofensivas do governo contra os direitos dos povos indígenas e a crescente invasão e exploração ilegal de recursos na Mundurukânia também foram discutidas. E ainda a destruição de muitos dos locais

sagrados do povo Munduruku por empreendimentos hidrelétricos, como a cachoeira de Sete Quedas, do morro do Jabuti e morro do Macaco, no Teles Pires, e a mineração ilegal dentro de suas terras.

Ao debaterem desafios e perspectivas de uma “guerra entre mundos”, em que se opõem o mundo da vida - da agrobiodiversidade, das florestas e águas livres e limpas - e o mundo da morte - da poluição dos rios, da contaminação e empobrecimento do solo, da morte de peixes, doenças (...) - lideranças lembraram os fins de mundo previstos na escatologia Munduruku e destacaram o papel central dos pajés e das pajés, líderes espirituais, na sustentação e proteção de suas relações ancestrais com o território.

Leia na íntegra o documento final do encontro em <http://www.cimi.org.br/site/pt-br>

Aliança inédita entre caminhoneiros e índios em ocupação na Transamazônica

Ass. de Comunicação do Cimi e Associação Indígena Pariri

“É uma causa que não é nossa, mas nós vamos apoiar. Nós vamos fechar o resto da estrada em apoio aos índios.” Com essas palavras foi selada uma verdadeira reviravolta na ocupação do km 25 da Transamazônica, bloqueado por índios Munduruku em 26 de abril. Até a tarde de 3 de maio, o clima era de tensão crescente entre indígenas e caminhoneiros, mas, gradativamente, o descontentamento com o governo federal aproximou os dois grupos. Depois, seguiram determinados, conjuntamente, interditando a rodovia para exigir que o poder público atenda às exigências dos índios.

Com o bloqueio, os Munduruku exigiam a reversão do desmonte da política indigenista na região do Tapajós e em todo o país. Mostravam a rejeição às reformas propostas pelo governo Temer e demandavam celeridade no processo de demarcação da Terra Indígena (TI) Sawré Muybu. Além disso, condenaram com veemência as declarações do ministro Osmar Serraglio contra os direitos territoriais indígenas, demandando que o Ministério da Justiça seja comandado “por alguém que respeite as pessoas”. Repudiaram as palavras de Serraglio sobre o massacre sofrido pelo povo indígena Gamela, em 30 de abril. Para o ministro, os Gamela seriam

“supostos índios” apenas, termo mencionado em nota do MJ e, posteriormente, retirado.

A ação dos Munduruku está diretamente ligada aos principais problemas sociais em pauta hoje no país – entre índios e não-índios. Além disso, interfere diretamente em uma das maiores forças contrárias às lutas indígenas: o agronegócio. Com o bloqueio do km 25, na região dos portos de Miritituba, no município de Itaituba-PA, os Munduruku fecharam também uma ponte estratégica para gigantes como Bunge, Amaggi e Cargil. Assim, a interdição bateu diretamente no bolso do agronegócio.

Apoio internacional

A relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, prestou seu apoio à luta dos Munduruku no dia primeiro de maio. Após encontro do cacique-geral do povo Munduruku, Arnaldo Kaba, e do cacique da aldeia Sawre Muybu, Juarez Saw, com a relatora, o representante da Santa Sé na ONU, Monsenhor Bernardito Auza, e o presidente do Departamento de Justiça e Solidariedade do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), em Nova York, Tauli-Corpuz encorajou os Munduruku a continuarem afirmando e reivindicando os seus direitos, considerando a gravidade das ameaças correntes à cultura e à subsistência dos indígenas.

P a u t a I n d í g e n a

1/5

- Ataque a tiros e facadas fere cerca de uma dezena de indígenas Gamela e deixa três baleados; não há confirmação de mortes
- Munduruku seguem com bloqueio na BR-230 e afirmam: só saem com medidas atendidas pelo governo federal
- Indígenas Gamela tiveram membros do corpo decepados durante ataque no MA; sobe o número de baleados e feridos

3/5

- “Ameaças e ataques anti-indígenas ocorrem nos três poderes do Estado”, denunciou Dom Roque Paloschi na Assembleia Geral dos Bispos

4/5

- Tacar fogo no mundo - o linchamento Gamela [Vídeo]
- Em Porto Velho (RO), indígenas ocupam Dsei por melhoria na saúde
- Cimi e Unila promovem segunda edição do curso de extensão em Histórias e Culturas Indígenas
- Aliança inédita entre caminhoneiros e índios sela uma semana de Ocupação Munduruku na Transamazônica

5/5

- Índios fecham Transamazônica e conquistam vitória com apoio de caminhoneiros
- Lideranças do povo Apinajé emitem nota e denunciam retrocessos nos direitos indígenas
- Nota de entidades, pastorais, movimentos sociais e lideranças da sociedade Civil em apoio ao povo Gamela
- Ex-presidente da Funai afirma que foi exonerado “por ser defensor da causa indígena diante de um ministro ruralista”

6/5

- Feridos e hospitalizados chegam a 22 depois de ataque a indígenas Gamela no Maranhão

8/5

- Repam denuncia violações de direitos indígenas em agenda internacional
- Investigação sobre ataque contra os Gamela é federalizada, a pedido do MPF, por se tratar de povo indígena
- “Esse massacre recente é só uma faceta do etnocídio que assola o povo gamela”

9/5

- Via Campesina da América Latina divulga nota em solidariedade aos povos indígenas, quilombolas e camponeses no Brasil
- Carta aberta de solidariedade da AJD ao Cimi e a toda(o)s injustamente criminalizada(o)s por Relatório da CPI da Funai/Inkra
- Na ONU, 29 países demonstram preocupação com violações de direitos indígenas no Brasil

10/5

- Estreia amanhã Taego Āwa, documentário que conta a história do povo Avá-Canoeiro
- Apib divulga nota contra militarização da Funai e golpes nos direitos indígenas

11/5

- Funai – de General a General
- Festival Cine Kurumin divulga selecionados para mostras competitivas
- Mutirões em defesa dos direitos indígenas é realizado em Itamarati (AM)

12/5

- MPF/AM recomenda medidas aos governos federal, estadual e municipal sobre imigrantes venezuelanos
- Raposa Serra do Sol: vice-governador de Roraima responderá ação penal por tentativa de homicídio contra indígenas
- Criança Manchineri de um ano é morta com tiro na cabeça no Acre em onda de violência contra indígenas

15/5

- Indígenas Krikati são atacados a tiros enquanto pescavam em açude da terra tradicional demarcada

- Vistoria do MPF encontra escola indígena em condições precárias em Aquidauana (MS)

16/5

- Mais uma vez, indígenas são barrados na CPI da Funai/Inkra
- Ameaça de desnacionalização

17/5

- Em nota, Pastorais do Campo manifestam solidariedade aos missionários do Cimi

19/5

- Ato Denúncia: “Por direitos e contra a violência no campo”
- Insegurança nos Rios: Indígenas, missionários e servidores da saúde atacados por piratas no Rio Japurá (AM)

22/5

- II Encontro de Mulheres Munduruku do Alto Tapajós:

23/5

- II Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais reúne cerca de 100 pessoas em Luziânia (GO)

24/5

- Povos tradicionais debatem alternativas ao modelo social imposto pelo capitalismo
- Funai e SPU encaminham solução, mas Justiça Federal insiste com despejo de 67 famílias indígenas para esta quinta, 25

- Ato denúncia: “É como se alguém tivesse licença para nos caçar e nos matar”

- Chacina em Redenção (PA) deixa pelo menos dez posseiros mortos

- XVII Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá: “Nenhum direito a menos! Fora Temer!”

- Conselho Nacional de Direitos Humanos repudia ato presidencial que convoca Forças Armadas

25/5

- Comissão Guarani Yvyrupa divulga nota sobre a CPI da Funai/Inkra

26/5

- Aldeia é destruída e incendiada durante o despejo de 67 famílias Kariri Xocó de Paulo Afonso (BA)

- Mulheres indígenas do Tocantins dão o seu grito em defesa da Mãe Terra e por demarcações

- CNDH levanta hipótese de vingança de policiais em massacre de Pau D'Arco

- Desaprender para aprender: encontro discute experiências regionais de articulação dos povos e comunidades tradicionais

29/5

- Em defesa dos povos indígenas isolados do Brasil e Peru contra a abertura da rodovia Puerto Esperanza

- Encontrão da Teia reúne povos e comunidades tradicionais do Maranhão

- Um grito contra o massacre no Pará, um canto para nossos mártires

- A Teia poupa vidas

30/5

- Nota da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão acerca das investigações sobre a chacina em Pau d'Arco, no Pará

- Protocolado Estudo de Impacto Ambiental do “Projeto Atlântico Energia” que afetará terras indígenas e UCs

- Crise na Venezuela: Dos 500 índios Warao refugiados metade vive embaixo de viadutos em Manaus

- Carta dos Povos e Comunidades Tradicionais Pelo Bem Viver

31/5

- Últimos dias para realizar inscrição no curso de extensão em Histórias e Culturas Indígenas

- Nota Pública: Sem direito à terra em vida, massacre e morte indigna

- 1º Acampamento dos Povos Indígenas da Bahia recupera frente de ação em defesa de direitos territoriais e humanos

- Indígenas ficam sem atendimento de saúde por falta do Rani

O que significa Franklimberg em Tupi?

José Ribamar Bessa Freire, no blog Taqui Pra Ti

O general Franklimberg Ribeiro de Freitas é o novo presidente da Funai, nomeado por portaria assinada em 9 de maio, pelo ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, conhecido nas planilhas de propinas da Odebrecht pelo codinome “Fodão” ou “Bicuíra”. Todo mundo sabe que no nome de uma pessoa está traçado o seu destino. Ou no codinome, que, às vezes, corrige o nome. Para os Guarani, as crianças já nascem predestinadas com um nome definido pelo lugar de onde procede sua alma. É preciso, pois, recorrer à antroponímia, à onomástica e a codinomística, que nos permitem fazer leitura cuidadosa do nome, para identificar suas qualidades individuais e prever como será a vida do seu portador.

Quando o general Ismarth Oliveira assumiu a presidência da Funai, em 1974, em plena ditadura, um codinomista gaiato fez blague, prevenindo os índios que nas línguas tupi “is-” era *sai* e “-marth”, *debaixo*. O gracejo matou o que viu, atirando no que não viu. Não deu outra. Impiedoso com os povos para cuja defesa recebia um gordo salário, Ismarth foi chamado de genocida por Davi Kopenawa, que o responsabilizou pelas mortes de muitos Yanomami: “Eu tinha oito, nove anos, na época. Sou contra um general na Funai”.

Portanto, para conhecer o destino dos índios sob a presidência de outro general na Funai, cabe perguntar o que Franklimberg significa em algumas línguas da família Tupi-Guarani. A resposta nos permitirá saber de onde procede sua alma e prever sua trajetória à frente do órgão. Defenderá os direitos constitucionais dos índios como manda a lei e, dessa forma, teremos um novo marechal Rondon cujo lema era “morrer, se for preciso, matar nunca”? Ou será um mero capacho do agronegócio e do grande capital, cujo lema é “matar mesmo se não for preciso”?

Sem fé e sem lei

O Departamento de Pesquisa do Taquiprati saiu em campo para iluminar os leitores. Queimamos a mufa na busca da resposta. Recorremos a dicionários e gramáticas das línguas tupis, consultamos aryons, ruths, franchettos, candinhas e carlotas. Acontece que o nome do general é cheio de “efes” e “erres” e, de acordo com o cronista português Pero de Magalhães de Gândavo, em 1574, a língua geral, falada no litoral brasileiro, “carece de três letras, não se acha nela F, nem L, nem R, cousa digna de espanto porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei”. Em compensação, não tem também franklimberg.

Objetar-se-á que o cronista lusitano, preconceituoso e glotocêntrico, considerava que os sons de sua língua são universais e deviam existir em todas as demais, além de confundir sons com letras ao transformar um dado fonético em alfabético. De qualquer forma, não será nas línguas tupis que encontraremos o caminho para destrinchar o significado de Franklimberg. Quem acabou nos dando a chave para continuar a pesquisa foi o ministro da Justiça Osmar Serraglio (PMDB-PR vixe vixe), o “despachante do agronegócio no Planalto”, segundo Antônio Costa, presidente por ele demitido da Funai.

Serraglio, o despachante, que dias antes havia publicamente desqualificado os índios Gamela do Maranhão como “supostos indígenas”, buscou dar legitimidade ao general Franklimberg, indicado pelo mesmo PSC (tri-vixe) jurando que se tratava de alguém pertencente à etnia Mura. Foi aí que ficamos sabendo, através da matéria da *Amazônia Real* assinada por Elaize Farias, com a colaboração de Katia Brasil, que o general, nascido em Manaus em 1956, havia dito que era “descendente de índio, sem especificar a etnia e que sua família era de Codajás, no Amazonas”.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), em nota, repudiou a nomeação do general Franklimberg, não o reconhecendo como índio, apesar de que não é isso que importa e sim a serviço de quem ele está. A nota acusa o governo Temer de “promover a militarização da Funai como nos tempos da ditadura militar, a fragilização total do órgão e a perspectiva de mudança nos procedimentos de demarcação de terras indígenas”.



“Os olhos levantai, vede essas feras, (pois serem racionais, só a forma indica)”

Henrique João Wilkens, *A Muhraida*, 1785

Nena Mura

No entanto, um grupo de indígenas vinculados à bancada evangélica, que se reunia periodicamente com o PSC (vixe vixe) e com seu presidente, o pastor Everaldo Nascimento, jura que o general é índio mesmo. Até a querida Silvia Nobre Waiãpi, a quem respeito e que é oficial do Exército, assina embaixo. Desta forma talvez estejam interpretando por vias tortas o nosso grande frasista e antropólogo Viveiros de Castro: “No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é”. Ou seja, o general é, como todo mundo, se e quando o poder achar conveniente que seja, caso contrário, cai na rede do “exceto quem não é”. Mas nas redes sociais já divulgaram, inclusive, que o nome indígena de Franklimberg é Nena Mura.



Epa! Nena Mura? É por isso que não conseguíamos decifrar o nome do general. Estávamos procurando por Franklimberg em línguas tupi, quando devíamos buscar Nena no idioma Mura,

uma língua isolada, sem parentesco com outras, descrita pelos especialistas como “uma língua tonal, na qual significados são estabelecidos eminentemente a partir de relações de tons e até por meio de assovios”.

Foi o que fizemos. Redirecionamos nossas pesquisas, que desembocou em um enfoque interdisciplinar envolvendo, além da linguística, a antropologia, a história e a memória social, o que nos levou ao naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Ele viajou pela Amazônia no final do séc. XVIII e publicou a gravura de um índio Mura inalando paricá, com traços físicos europeus, mas com chapéu sem copa feito de fibra vegetal, flechas e enfeites nos lábios. A quinta parte de sua “Viagem filosófica ao Rio Negro” traz documentos sobre a “pacificação” dos Mura, em Airão, em 1787. Reli todo o capítulo e não aparece nem um Nena entre os Mura, antepassado do nosso general.

Caminho tortuoso

Dá, consultamos o poema épico colonial “A Muhraida”, em seis cantos, escrito em Ega, Tefé, em 1785, pelo tenente-coronel lusitano Henrique João Wilkens, um hino que celebra o genocídio cometido de forma sistemática contra os Mura, qualificados como “abomináveis”, “ferozes”, “feras diabólicas” e “indomáveis”. O livro publicado em 1819 pela Imprensa Régia de Portugal e dedicado puxasacalmente ao governador do Pará João Pereira Caldas – o Fora Caldas daquela época – não traz qualquer indicação sobre a família Nena. Talvez porque o extermínio tenha sido tão eficaz que incluiu um nenacídio. Até onde sabíamos, não havia sobrado um Nena para contar a história.

As duas obras indicam que houve um deslocamento linguístico dos sobreviventes da aguerrida população Mura que migraram de sua língua étnica para a língua geral da Amazônia, atualmente conhecida como Nheengatu. Podemos supor que, em decorrência da situação de línguas em contato, o Nheengatu ficou impregnado de marcas da língua Mura. Além disso, há um fenômeno na história das línguas em que, quando dois sons próximos são iguais, eles tendem a se diferenciar, num processo linguístico de dissimilação. Foi o que aparentemente aconteceu com Nena que se



transformou em Nema.

Finalmente, só nos restava fazer a arqueologia do léxico. O nosso Departamento de Pesquisa nos indicou a necessidade de aprofundar as teorias da onomástica e da antroponímia que teorizaram sobre o assunto. Consultamos o Dicionário Guarani de Montoya, do séc. XVII, que define “ñema” como “caminho tortuoso” (pg.676). Já Eduardo Navarro no seu “Método Moderno de Tupi Antigo” registra “nema” como “fedor” (pg.612). Restava saber se a coisa continua fedendo no tupi moderno. O Pequeno Dicionário da Língua Geral de François Grenard e Epaminondas Ferreira, com dados atuais, confirma, dando um exemplo: “Remiaçuka neyuru tiará upita i **nema**”, cuja tradução é “Lava tua boca para não **feder**” (pg.122).

As ações do general na Funai dirão se ele é Franklimberg ou Nena Mura. Independentemente de suas boas intenções, se elas existem, é difícil acreditar num Marechal Rondon nomeado por portaria assinada por alguém que tem codinome “Fodão”, ou “Bicuíra” (“caspento” em tupi antigo) pertencente a um ministério, cujos integrantes em sua grande parte, estão envolvidos na planilha de propinas, embora a grande mídia insista em desviar a nossa atenção em outra direção. ♦